



INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
TECNOLOGIA, INFRAESTRUTURA E TERRITÓRIO
(ILATIT) - GEOGRAFIA - LICENCIATURA

TAYNARA ARRUDA DOS SANTOS

**EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA NO PERÍODO PÓS PANDEMIA
DA COVID-19 E A SAÚDE FÍSICA E MENTAL DE PROFESSORES**

**Foz do Iguaçu
2024**

TAYNARA ARRUDA DOS SANTOS

**EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA NO PERÍODO PÓS PANDEMIA DA
COVID-19 E A SAÚDE FÍSICA E MENTAL DE PROFESSORES**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado ao curso de Geografia, grau Licenciatura, do Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território – (ILATIT), da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), como requisito parcial à obtenção da graduação em Geografia Licenciatura.

Orientador: Prof. Dr^o Marcelo Augusto Rocha
Coorientadora: Prof. Dr^a Leia Aparecida Veiga

Foz do Iguaçu
2024

TAYNARA ARRUDA DOS SANTOS

**EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA NO PERÍODO PÓS PANDEMIA DA
COVID-19 E A SAÚDE FÍSICA E MENTAL DE PROFESSORES**

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr^o Marcelo Augusto Rocha
UNILA

Coorientadora: Prof. Dr^a Léia Aparecida Veiga
UNILA

Avaliador Interno: Prof. Dr^o Paulo Miguel Bodas Terassi
UNILA

Avaliadora Externa: Prof. Dr^a Juliana Franzi
UNILA

Foz do Iguaçu, 20 de dezembro de 2024

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): Taynara Arruda dos Santos

Curso: Geografia – Licenciatura

Tipo de Documento

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> graduação | <input type="checkbox"/> artigo |
| <input type="checkbox"/> especialização | <input checked="" type="checkbox"/> trabalho de conclusão de curso |
| <input type="checkbox"/> mestrado | <input type="checkbox"/> monografia |
| <input type="checkbox"/> doutorado | <input type="checkbox"/> dissertação |
| <input type="checkbox"/> tese | <input type="checkbox"/> CD/DVD—obras audiovisuais |

Título do trabalho acadêmico: EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA NO PERÍODO PÓS PANDEMIA DA COVID-19 E A SAÚDE FÍSICA E MENTAL: RECOMPOSIÇÃO DA APRENDIZAGEM E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

Nome do orientador(a): Profº: Drº. Marcelo Augusto Rocha

Nome da Coorientadora: Prof. Drª Léia Aparecida Veiga

Data da Defesa:

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública Creative Commons Licença 3.0 Unported.

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a todos e todas que contribuíram para que pudesse finalizar essa etapa de minha vida acadêmica, em especial:

Aos meus pais, Carina e Josivalter, que sob muito sol, fizeram-me chegar até aqui, na sombra.

Ao professor Dr. Marcelo Augusto Rocha e a profa. Dra. Léia Aparecida Veiga que me orientou no decorrer desta pesquisa, meu muito obrigada!

Aos professores do curso de Geografia da UNILA que durante todos esses anos me ensinaram com dedicação todo o conhecimento necessário para a minha formação.

À banca avaliadora que contribuiu com apontamentos e críticas construtivas para a melhoria do texto final da pesquisa.

E à universidade pública e gratuita que, em um país com imensa desigualdade socioeconômica, tem cumprido o papel de formar inúmeros sujeitos oriundos da classe trabalhadora e assim diminuindo a distância entre trabalhadores e conhecimento científico.

“A educação tem contornos bem definidos: apresentar o patrimônio sociocultural, promover a cidadania e a igualdade, ser motor de mudança social, libertar e preparar para futuros desconhecidos. As novas gerações são comparadas a flechas lançadas pelos arcos dos educadores rumo à mansão do amanhã, onde a geração atual jamais habitará. Conectando-se de forma coerente com outras opções, a Educação precisa, portanto, ter a luz da sociologia e de outras ciências sociais. De fato, a Educação não é um caminho singular, mas uma praça de teorias e práticas, para onde confluem uma pluralidade de ruas

(Hickmann et al., 2022, p. 08).

SANTOS, Taynara Arruda dos. **Educação Pública Brasileira no período pós pandemia da covid-19 e a saúde física e mental:** recomposição da aprendizagem e precarização do trabalho docente. 2024. 59f. Trabalho de Conclusão de Curso. Geografia, grau Licenciatura. Instituto Latino-americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território (ILATIT). Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA, Foz do Iguaçu/PR, 2024.

RESUMO: A pandemia de Covid-19 culminou na morte de milhares de pessoas em todo o mundo, inclusive no Brasil, e que também contribuiu para intensificar inúmeros problemas econômicos, sociais e educacionais, que somada a adoção de políticas neoliberais, tem reverberado em uma série de problemas no campo educativo no país, dentre os quais impactos na saúde mental e física de professores e nos processos de ensino e aprendizagem. O objetivo desta pesquisa consiste em discutir os fatores que têm contribuído para o adoecimento dos docentes na rede pública de ensino, em particular no estado do Paraná no período pós-pandêmico. Trata-se de uma pesquisa exploratória e de abordagem qualitativa, na qual a pesquisadora realizou as primeiras aproximações com a temática foram utilizados procedimentos de levantamentos de informações junto a fontes secundárias para uma revisão de literatura que permitiu a seleção de artigos científicos publicados nos últimos cinco anos, por pesquisadores brasileiros, com análises qualitativas e descritivas. Verificou-se que o retorno ao ensino presencial em 2022, após quase dois anos de Ensino Remoto Emergencial, evidenciou as inúmeras lacunas de aprendizagem no processo educacional desenvolvido nesse período e que também, frente a pandemia, governos estaduais lançaram mãos de políticas neoliberais na educação pública como gerenciamento e plataformização, aprofundando assim ações que tem comprometido o aprendizado e o ensino. Conclui-se, por um lado, que a recomposição é algo necessário frente a este contexto e que a mesma não pode ser confundida com a recuperação, pois os alunos deixaram de aprender conteúdos e habilidades consideradas indispensáveis pelo currículo vigente. A pesquisa indica ainda que não existe um modelo pronto de recomposição, cabendo a cada professor, identificar os conteúdos que não foram aprendidos e, a partir disso, traçar estratégias adaptadas a cada realidade escolar. E por outro lado, medidas de precarização do trabalho docente (plataformização e gerenciamento) bem como ataques a autonomia docente e ao plano de carreira docente, por intermédio da crescente pressão hierárquica colocada em prática a partir de políticas públicas neoliberais alinhadas com o mercado financeiro, tem corroborado para o ambiente de comprometimento da saúde física e mental docente bem como para continuidade das lacunas de aprendizagem no contexto escolar.

Palavras-chave: Educação Pública. Ensino e Aprendizagem. Mal-estar docente. Políticas neoliberais. Escola mercadoria.

ABSTRACT: In recent years, problems such as the Covid-19 pandemic, which has led to the deaths of thousands of people around the world, including in Brazil, and which has also contributed to intensifying numerous economic, social and educational problems, coupled with the adoption of neoliberal policies, have reverberated in a series of problems in the educational field in the country, including impacts on the mental and physical health of teachers and on teaching and learning processes. The aim of this research is to discuss the factors that have contributed to teachers becoming ill in the public education system, in the state of Paraná in the post-pandemic period. This is an exploratory study with a qualitative approach, in which the researcher made her first approaches to the subject. Procedures were used to gather information from secondary sources for a literature review that enabled the selection of scientific articles published in the last five years by Brazilian researchers, with qualitative and descriptive analyses. It was found that the return to face-to-face teaching in 2022, after almost two years of Emergency Remote Teaching, highlighted the numerous learning gaps in the educational process developed during this period and that also, in the face of the pandemic, state governments have used neoliberal policies in public education such as management and platformization, thus deepening actions that have compromised learning and teaching. On the one hand, we can conclude that retaking classes is a necessary step in this context and that it cannot be confused with catching up, since students have failed to learn content and skills considered indispensable by the current curriculum. The research also indicates that there is no ready-made model for retaking classes. It is up to each teacher to identify the content that has not been learned and, based on this, to devise strategies adapted to each school's reality. On the other hand, measures to make teaching work more precarious (platformization and management), as well as attacks on teacher autonomy and the teacher career plan, through the growing hierarchical pressure put in place by neoliberal public policies aligned with the financial market, have contributed to an environment in which teachers' physical and mental health is compromised and learning gaps continue in the school context.

Keywords: Public education. Teaching and learning. Teacher malai.

Lista de quadros

Quadro 1	Principais doenças relacionadas a saúde mental de professores da rede básica	pag 32
Quadro 2	Principais doenças relacionadas a saúde física de professores da rede básica	pag 33
Quadro 3	Recomposição da aprendizagem: conceitos	pag 52

Lista de SIGLAS e Abreviamentos

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

BNC- Formação – Base Nacional Comum para Formação de Professores

DORT – Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho

EAD – Educação a Distância

ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

LER – Lesões por Esforços Repetitivos

OMS – Organização Mundial da Saúde

SEP – Síndrome do Esgotamento Profissional

TDICs – Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	A COVID-19 E IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL E FÍSICA HUMANA	17
2.1	ASPECTOS GERAIS SOBRE A COVID-19	17
2.2	A SAÚDE MENTAL E FÍSICA NA PANDEMIA E NO PERÍODO PÓS-PANDÊMICO	18
3	A SAÚDE DOCENTE NO CONTEXTO PANDÊMICO E PÓS PANDEMIA	22
3.1	O DOCENTE EM SALA DE AULA E A SAÚDE MENTAL	22
3.2	MAL-ESTAR DOCENTE E ABANDONO DA PROFISSÃO	27
3.3	OS FATORES QUE TÊM CONTRIBUÍDO PARA O MAL ESTAR DOCENTE	37
3.3.1	O aprofundamento das políticas educacionais neoliberais	39
3.3.2	Educação e Tecnologias na Pandemia	43
3.3.3	Educação Pós-Pandemia e Novos Contornos na Recomposição da Aprendizagem	46
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
	REFERÊNCIAS	57

1 INTRODUÇÃO

Com o término da pandemia de Covid-19 e o retorno presencial das aulas em escolas públicas e privadas brasileiras, foi acentuada a existência de desigualdades sociais e educacionais em diversos níveis educacionais devido à falta de acesso aos conhecimentos considerados adequados para cada faixa etária e série dos educandos atendidos (Damasceno et al., 2022).

O retorno presencial ao espaço escolar no ano de 2022, após dois anos de isolamento social e de aulas ocorrendo remotamente, mostrou-se extremamente desafiador devido às inúmeras lacunas identificadas no cotidiano da sala de aula e a urgência da realização da recomposição da aprendizagem. Esse processo foi caracterizado pela adoção de medidas capazes de impulsionar ou retomar a aprendizagem que não foi consolidada durante a pandemia, mas considerada essencial para a continuidade do processo educativo. Em paralelo a isso, governos estaduais passaram a implementar políticas públicas de cunho que foram aprofundadas ao término da pandemia, corroborando assim para um contexto de adoecimento dos professores da rede básica de ensino.

É neste contexto de retomada das aulas na rede de ensino básico após março de 2022 que se encontra a inquietação desta pesquisa, que pode ser expressa no seguinte questionamento: quais os fatores que influenciaram no quadro de adoecimento coletivo dos docentes de rede básica de ensino no período pandêmico?

Assim, o objetivo geral deste estudo consiste em discutir sobre os fatores que têm contribuído para o adoecimento dos docentes na rede pública de ensino, em partículas, no estado do Paraná no período pós-pandêmico. Especificamente, objetivar-se descrever os impactos do isolamento social e do fechamento das escolas no processo educacional e na saúde mental dos professores; analisar as mudanças no processo de ensino, aprendizagem e na prática pedagógica durante a pandemia; evidenciar as contribuições da recomposição da aprendizagem; discutir os novos desdobramentos da prática pedagógica em virtude da inclusão das tecnologias digitais de informação e comunicação em seu cotidiano.

A justificativa para a elaboração desse estudo, em termos acadêmicos deve-se primeiramente a necessidade de discutir recomposição da aprendizagem para além da ideia de recuperar, pois muitos alunos nem ao menos tiveram a

oportunidade de aprender aquilo que era indicado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e outros documentos orientadores do currículo adotado nos estados e municípios. Ao mesmo tempo, ainda persiste a urgência de reduzir os impactos causados pela pandemia durante o período de isolamento social. Em segundo lugar, além das perdas na aprendizagem, faz necessário uma reflexão envolvendo outros fatores, como as políticas públicas curriculares implantadas no período pós pandemia e a questão da tecnologia em sala de aula. Esses fatores, a nosso ver, potencializam o quadro atual de professores adoecidos, sendo uma contribuição para o campo das licenciaturas essa reflexão.

No âmbito pessoal, a pesquisa justifica-se ao ir de encontro com as inquietudes da pesquisadora, que durante o curso de Graduação também ao atuar como Professora, passou a se perguntar o porquê desse quadro atual na educação pública, com tantos professores adoecidos e desanimados na carreira docente.

A metodologia escolhida para seu alcance baseou-se em uma revisão de literatura que permitiu a seleção de artigos científicos publicados nos últimos cinco anos, por pesquisadores brasileiros, indicando a realidade dos alunos atendidos em escolas públicas.

Esta pesquisa caracteriza-se por ser bibliográfica e exploratória, permitindo refletir sobre um determinado tema por meio da busca por artigos científicos, livros, documentos, teses, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso, entre outros referenciais capazes de o esclarecer (Sousa et al., 2021).

A pesquisa bibliográfica é um passo comum em toda pesquisa que mantém um rigor metodológico, pois se funda em informações já publicadas e reconhecidas pela comunidade científica. Dentre suas contribuições, figura o aprofundamento do tema de interesse do pesquisador e, que nesse caso, aborda a recomposição da aprendizagem no período pós pandemia de Covid-19 no cenário brasileiro (Soares, et al., 2018).

A abordagem escolhida para essa pesquisa é qualitativa pois concentra-se em compreender os significados e sentidos componentes da temática estudada, sem qualquer intenção de quantificar os resultados obtidos, ou manipulá-los a partir das compreensões da pesquisadora. (Brito et al., 2021).

Após a seleção dos artigos científicos publicados nos últimos cinco anos por pesquisadores brasileiros sobre o tema, deu-se início a análise de conteúdo, uma técnica caracterizada pela busca das características mais essenciais componentes

de um tema, de suas lacunas, bem como, a proposição de novas contribuições. (BRITO et al., 2021).

Os termos buscadores escolhidos para o delineamento deste estudo foram: Recomposição da aprendizagem. Educação básica. Aprendizagem. Ensino. Mal-estar docente.

A busca foi realizada no Google Acadêmico, durante o mês de julho de 2024. Após a seleção dos artigos foi realizada a leitura dos seus resumos e, em seguida, de todo o texto para a análise posterior.

Os critérios de inclusão abrangem estudos completos, publicados nos últimos cinco anos por pesquisadores brasileiros, que retratam os impactos da pandemia de covid-19 na educação básica e discutem as especificidades do processo da recomposição da aprendizagem. Os critérios de exclusão foram o tempo maior do que cinco anos, publicados por estrangeiros, que fossem reconhecidos pelo rigor científico ou vinculados com instituições de ensino superior (IES) ou revistas científicas dedicadas a discutir a Educação que descrevem o processo de recomposição no ensino superior.

Este estudo foi organizado em partes. A primeira intitulada de introdução tratou de apresentar a temática abordada com a problemática da pesquisa, objetivos e metodologia, A segunda contemplou o referencial teórico dedicado a discutir sobre a pandemia de Covid-19 e seus impactos na saúde mental e física dos professores e alunos bem como a necessidade de isolamento social e os impactos na educação. A última parte versou sobre os problemas pós pandemia na educação básica, como o processo de recomposição da aprendizagem, as políticas públicas de cunho neoliberais adotadas por governos estaduais e a questão da tecnologia. Por fim, as considerações finais, reforçou a ideia defendida nesta pesquisa, focando os fatores que tem contribuído para o adoecimento dos professores na rede pública de ensino.

2. A COVID-19 E IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL E FÍSICA HUMANA

A pandemia de COVID-19, iniciada no final de 2019, afetou de maneira significativa tanto a saúde física quanto a mental das pessoas ao redor do mundo. As medidas de contenção, como o isolamento social, o distanciamento físico e as restrições de mobilidade, geraram uma série de efeitos adversos em diversas esferas da vida humana. Assim, nesta parte da pesquisa, objetivou-se discutir teoricamente sobre como a covid-19 trouxe impactos significativos tanto na saúde mental quanto física das pessoas, afetando diversos aspectos da vida cotidiana.

2.1 ASPECTOS GERAIS SOBRE A COVID-19

A Organização Mundial da Saúde (OMS) publicou no final do ano de 2019, a existência e espalhamento de um novo vírus da família corona (SARS-CoV-2) a partir de um comunicado realizado pelas autoridades chinesas acerca de um paciente que vivia na cidade de Wuhan, China, contaminado, bem como, sua rápida transmissão para outras pessoas dando origem a uma perigosa epidemia.

Não se sabe ao certo sua origem, entretanto, acredita-se que o coronavírus (COVID-19) passou de um morcego para um mamífero e, deste para o ser humano; embora também exista a tese de que possa ter sido transmitido diretamente do morcego para o ser humano. Há outra teoria que defende a possibilidade de que possa ter ocorrido um acidente em um laboratório na China (Instituto de Virologia de Wuhan) que corroborou para a transmissão do vírus (Gomes et al., 2021).

No dia 30 de janeiro de 2020, a OMS publicou um relatório discorrendo sobre a doença e a classificando dentro dos parâmetros de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, colocando vigor o mais alto nível de alerta mantido pela instituição devido a sua rápida contaminação e letalidade, especialmente, de indivíduos que se enquadraram dentro dos grupos considerados de riscos e, portanto, estavam mais sujeitos aos seus sintomas e a possibilidade de morte.

Posteriormente, no dia 11 de março de 2020, foi declarada estar em curso uma pandemia de Covid-19 visto que a doença já havia sido identificada nos mais diversos continentes sendo urgente a adoção de medidas capazes de conter a contaminação, uma vez que até o momento não havia vacinas ou tratamentos (SEVERO; DE BARROS, 2020).

Dentre as medidas a serem tomadas pelos governos estava o isolamento social, o decreto de quarentena, o fechamento dos mais diversos tipos de empresas, escolas, igrejas e outros locais que promovessem aglomeração de pessoas, uso obrigatório de máscaras, álcool em gel, dentre outras medidas de prevenção e higiene (Da Silva Monteiro, 2020).

O primeiro caso de Covid-19 confirmado no Brasil foi em 26 de fevereiro de 2020, entretanto, rapidamente a situação se complicou em virtude do aumento sucessivo no número de casos confirmados. Ao analisar os dados epidemiológicos do país, Ribeiro et al. (2020, p. 2) destaca:

No Brasil o cenário da doença dispara colocando o país no 2º lugar no Ranking dos países com mais casos da doença, com 1.839.850 casos, com 71.469 óbitos de acordo com os dados do Painel Interativo do Sistema único de Saúde - SUS (2020), até o dia 11 de julho de 2020. De acordo com a OMS (2020), a maioria dos pacientes com a COVID-19 (cerca de 80%) podem ser assintomáticos e cerca de 20% dos casos podem requerer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória e desses casos aproximadamente 5% podem necessitar de suporte para o tratamento de insuficiência respiratória (suporte ventilatório).

Como pode ser visto nos dados anteriores, a Covid-19 pode se manifestar de diferentes formas nos pacientes contaminados em virtude das condições de saúde apresentadas previamente, entretanto, suas complicações podem evoluir rapidamente culminando na morte dos pacientes.

No início de 2020 os dados já eram extremamente preocupantes e os números não paravam de crescer, mesmo com a tomada de inúmeras medidas de enfrentamento da doença pelas autoridades nacionais de saúde, orientações sobre isolamento social, higiene, monitoramento dos sintomas, execução dos cuidados de suporte e, em caso de necessidade, atendimento hospitalar (Joye et al., 2020).

Até esse momento, não havia nenhuma vacina antiviral contra o Covid-19 sendo produzida, o que ampliava o medo de contaminação e os problemas relacionados à saúde mental daqueles que estavam em isolamento. Na medida em que os estudos científicos foram avançando, foram evidenciados pacientes assintomáticos, ou seja, que estavam contaminados e transmitiam o Covid-19 sem apresentar sintomas. Sua detecção se dava apenas por meio da realização de testes laboratoriais.

Diversos pacientes foram internados e classificados como casos leve, moderado, grave e crítico. Na primeira situação, os sintomas não são específicos,

existe coriza, dor de garganta, tosse, calafrios, cefaleia etc. Os casos moderados também eram identificados com sintomas leves da doença como, por exemplo, a febre, coriza, tosse persistente, dificuldade para respirar, prostração, diarreia, pneumonia, dentre outros sintomas que poderiam se agravar. Apenas nos casos mais graves e críticos a Síndrome Respiratória Aguda Grave era diagnosticada exigindo internamento imediato, internamento na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e intubação sendo comum a morte mesmo com inúmeros cuidados.

Os familiares de pessoas contaminadas com Covid-19, bem como, outras pessoas que participam do círculo de sua convivência estavam aterrorizadas com medo de contaminação e/ou de perdê-los, situação que contribuiu para a ampliação dos problemas na saúde mental e física – temática abordada no próximo subitem.

2.2 A SAÚDE MENTAL E FÍSICA NA PANDEMIA E NO PERÍODO PÓS-PANDÊMICO

A saúde mental abrange uma situação de completo estado de bem-estar, que permite ao ser humano tomar suas próprias decisões de maneira equilibrada e consciente, utilizar suas habilidades, recuperar-se das atividades rotineiras e do estresse que delas emanam, ser produtivo, trabalhar, contribuir com a sua comunidade, etc. (OMS, 2020).

A socialização e a vida em sociedade são características intrínsecas aos indivíduos de ambos os sexos, com as mais diversas faixas etárias (crianças, jovens, adultos e idosos). Por meio das relações sociais mantidas cotidianamente, é possível aprender, trocar experiências, criar vínculos, compartilhar sentimentos e perspectivas (Gomes et al., 2021).

Contudo, devido a pandemia de Covid-19 e a elevada taxa de mortalidade registrada em todo o mundo, esse processo de socialização tão natural, importante e comum precisou ser bruscamente interrompido devido a necessidade de isolamento social necessário para se proteger do contágio e/ou evitar contaminar outras pessoas (JOYE *et al.*, 2020).

O Covid-19 causou uma crise sem precedentes, culminando em elevadas taxas de contaminação e mortalidade, atingindo a saúde física e mental de pessoas de ambos os sexos, com diferentes faixas etárias, níveis socioeconômicos, sobretudo, os mais vulneráveis, com graus diferenciados de severidade visto que algumas pessoas realizaram tratamentos mais simples devido apenas a

manifestações de sintomas de gripe, outros precisaram de intubação devido a insuficiência respiratória grave, sem contar as inúmeras pessoas que não sobreviveram a esse processo.

De forma geral, a permanência em casa trouxe consigo e/ou intensificou uma série de sentimentos como, por exemplo, as angústias, o medo de não conseguir sobreviver a pandemia, de perder entes queridos, da eminência e/ou proximidade da morte, ampliação dos conflitos familiares, das dívidas, tédio, falta de possibilidade de atender as necessidades básicas da família, dentre tantos outros relacionados ao enfrentamento da doença e a falta de possibilidades devido às determinações de isolamento social em todo o país (Cruz *et al.*, 2020).

Corroborando com essas discussões, Cruz *et al.* (2020, p. 327) afirma:

Do ponto de vista da saúde mental, verifica-se a exacerbação de sintomas de transtornos de humor, especialmente ansiedade, depressão, além de episódios de pânico, estresse agudo e pós-traumático, não apenas entre os profissionais, mas na população de modo geral. Pesquisas recentes indicam a necessidade de monitoramento dos impactos da pandemia da COVID-19 na saúde mental, assim como na implementação de programas controle e prevenção de crises e de quadros importantes de transtornos mentais e do comportamento, tendo em vista a duração do confinamento social, o temor da contaminação, as pressões por sustentação econômica e a necessidade de retorno ao trabalho.

Como pode ser percebido, as preocupações com a saúde mental se tornaram ainda mais comuns, pois muitos problemas como o “[...] estresse, ansiedade, pânico juntamente com alguns sentimentos de solidão e medo, podem desenvolver quadros de depressão”. (Ribeiro *et al.* 2020, p.50). Diante de tantas incertezas, era de relevância a tentativa de manutenção do equilíbrio emocional e, caso necessário, a busca por ajuda de profissionais especializados como psicólogos e psiquiatras para lidar com esses sentimentos e suas consequências¹.

Durante epidemias anteriores, o número de pessoas com doenças mentais foi maior do que aquelas que estavam efetivamente contaminadas com as infecções, mantendo uma durabilidade maior, com impactos sociais, econômicos e psicológicos incalculáveis.

Ao analisar as inúmeras consequências que os transtornos mentais podem abranger, Ornell (2020, p.13) enfatiza que:

¹ Durante a pandemia e a necessidade de isolamento social, as regras e as medidas sanitárias impostas a toda a sociedade, diversos psicólogos e psiquiatras também precisaram se adaptar a essa nova realidade e passaram a realizar atendimentos online, por meio de vídeo chamadas, que permitiam-lhes acompanhar pacientes com diferentes faixas etárias e problemas mentais.

[...] os custos econômicos associados aos transtornos mentais são altos, a melhoria das estratégias de tratamento em saúde mental pode levar a ganhos tanto na saúde física quanto no setor econômico. Além de um medo concreto da morte, a pandemia do COVID-19 tem implicações para outras esferas: organização familiar, fechamento de escolas, empresas e locais públicos, mudanças nas rotinas de trabalho, isolamento, levando a sentimentos de desamparo e abandono. Além disso, pode aumentar a insegurança devido às repercussões econômicas e sociais dessa tragédia em larga escala.

No decorrer da pandemia de Covid-19, até mesmo inúmeros indivíduos saudáveis, sem quaisquer doenças psicológicas anteriores, passaram pela ampliação do medo, tédio, raiva, ataques de pânico e da ansiedade (moderada ou grave) podendo desenvolver doenças mentais. Por outro lado, aqueles que já possuíam transtornos psiquiátricos, realizando ou não acompanhamento com profissionais especializados, vivenciaram a intensificação dos sintomas enfrentados previamente. (Ornell, 2020).

Dentre os indivíduos que compõem os grupos mais vulneráveis a esse processo de adoecimento psicológico, estão os idosos, pacientes que apresentavam condições clínicas e psiquiátricas prévias, familiares e/ou pessoas infectadas com Covid-19, indivíduos que vivem em áreas com altos índices de contaminação, imunocomprometidos etc (Ornell, 2020). A seguir iremos compreender como a pandemia de covid-19 afetou a saúde mental dos professores.

3. A SAÚDE DOCENTE NO CONTEXTO PANDÊMICO E PÓS PANDEMIA

A saúde mental tem se tornado um tema cada vez mais relevante, especialmente em contextos de crise global, como a pandemia da COVID-19. Desde o seu início, em dezembro de 2019, a pandemia afetou não apenas a saúde física da população, mas também gerou uma onda de ansiedade, depressão e estresse em múltiplos níveis. Para entender como a saúde mental tem sido impactada nesse período e quais são as suas implicações no cenário pós-pandêmico, é fundamental considerar diversos aspectos que envolvem tanto o indivíduo quanto a sociedade como um todo. Objetivou-se neste capítulo refletir sobre os impactos que a pandemia de Covid-19 teve sobre os profissionais da educação, em relação a sua saúde física e mental.

3.1 O DOCENTE EM SALA DE AULA E A SAÚDE MENTAL

As discussões tecidas anteriormente demonstraram que a pandemia de Covid-19 promoveu uma reorganização de toda a sociedade, exigindo o isolamento social, devido à falta de vacinas e de estratégias para evitar a contaminação.

Pensando especificamente no âmbito educacional, com o fechamento imediato e perspectiva de retorno do funcionamento das escolas públicas e privadas de todo o país, foram necessárias a adoção de medidas urgentes para que os educandos pudessem continuar estudando e se desenvolvendo, mesmo estando isolados.

O alcance desse objetivo foi permeado pela utilização das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) que possibilitaram a interação entre professor e aluno de maneira síncrona por meio de reuniões no Google Meet por exemplo, como ocorreu no estado do Paraná ou outras ferramentas com o mesmo fim; ou assíncronos viabilizados pela utilização do Google Classroom ou de plataformas específicas para que os professores pudessem disponibilizar textos, atividades, avaliações diversas, dentre outras orientações e materiais alinhados a sua matriz curricular.

Ao analisar essa nova realidade educacional que abrangeu tanto a educação básica e, em seguida, o ensino superior de instituições que ofereciam o ensino presencial, Cruz et al. (2020, p. 327) aponta que:

[...] a tentativa de promover o ensino por meio de atividades síncronas e assíncronas, a fim de mitigar os efeitos do distanciamento das atividades planejadas entre alunos e professores, revelou-se uma das poucas alternativas encontradas pelas instituições educativas, tendo em vista a impossibilidade de as pessoas frequentarem os ambientes com segurança e a necessidade de manter contratos de trabalho. Porém, a transição do ensino presencial para um modelo digital de educação, mesmo considerando todas as experiências educacionais, não foi um movimento simples e de fácil absorção social.

Essas mudanças rápidas e abruptas demonstraram os inúmeros problemas estruturais existentes no Brasil, a desigualdade nas condições de acesso à internet e a equipamentos que permitissem a participação nas aulas, mas também, o despreparo de muitos professores para utilizar tais recursos durante as aulas remotas e assíncronas que precisavam mediar.

Esse novo contexto educativo culminou na construção gradativa de um processo de adaptação que alcançou os educandos com diversas faixas etárias dos vários níveis e modalidades da educação brasileira, gestores, professores e, inclusive, de novas legislações criadas especificamente para o momento da pandemia, com o objetivo de redirecionar o desenvolvimento da Educação (Cruz, *et al.* 2020).

Por outro lado, paralelamente a um contexto educacional que passou a ser reorganizado e marcado pela utilização das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) e de todos os seus recursos para aproximar digitalmente professores e alunos que permaneceram em isolamento social, havia a vivência de sentimentos diversificados frente a COVID-19, as inúmeras notícias divulgadas todos os dias sobre a contaminação, morte, adoecimento, falta de estratégias efetivas para controlar a contaminação, falta de infraestrutura nos hospitais, desvios de recursos públicos que deveriam ser destinados para a saúde pública, dentre outras que ampliaram ainda mais o medo.

Todos esses problemas impactaram diretamente a saúde mental dos Professores, portanto, mesmo a pandemia já tendo acabado e as atividades rotineiras retomadas há algum tempo, ainda é evidente na literatura a necessidade de investigar o grau de vulnerabilidade dos docentes, durante a pandemia, mas também, após seu término.

Como pode ser percebido nas discussões tecidas anteriormente, o isolamento social tem fortes reflexos na saúde mental que, por sua vez, se reflete

diretamente na maneira como trabalho é realizado, nas relações mantidas entre professor e aluno, na capacidade de planejamento das aulas, na motivação e interesse para manter esse vínculo e direcionar o processo de ensino e aprendizagem.

Cruz *et al.* (2020) ao realizar uma pesquisa com um grupo de professores de uma determinada instituição de ensino, constatou que no período pandêmico, a desmotivação, desconcentração, desatenção, ansiedade e até mesmo o interesse em se relacionar com outras pessoas foram notadas em grande parte dos entrevistados. Entretanto, as mulheres demonstraram maior vulnerabilidade ao desenvolvimento de problemas relacionados à saúde mental do que os homens, especificamente no que diz respeito à ansiedade, sofrimento psicológico, depressão, estresse e angústia. Os professores solteiros também mostraram maior vulnerabilidade à ansiedade e depressão, por não terem outras pessoas para compartilhar seus sentimentos.

No que diz respeito à faixa etária e a maneira como a saúde mental foi impactada, Cruz *et al.*, (2020, p.337) destaca:

Pertencer à faixa etária acima dos 50 mostrou ter menor chance de apresentar sintomas de agravos à saúde mental frente às demais faixas etárias. Os achados de Wang *et al.* (2020) e de Qiu *et al.* (2020) indicaram, de forma diferente, que pessoas com mais de 40 anos tendem a apresentar maior risco de ansiedade e que pessoas com mais de 60 anos tendem a apresentar maior sofrimento psicológico.

Depreende-se desse fragmento textual, que os grupos de professores com maiores faixas etárias, apresentaram maior vulnerabilidade para o desenvolvimento de doenças mentais durante o período da pandemia de COVID-19, situação preocupante, uma vez que, elas precisam de acompanhamento especializado por diferentes períodos e, inclusive, pode haver a necessidade de indicação de medicamentos para auxiliar no controle dos sintomas.

Outro fator de risco que se lançou sobre a saúde mental dos docentes ao longo da pandemia de Covid-19, se relaciona aos novos desdobramentos que o processo de ensino e aprendizagem precisou tomar, de forma abrupta, culminando na “[...] sobrecarga e acúmulo de funções, a desvalorização docente e a falta de apoio institucional e governamental, em relação ao fornecimento de tecnologias e formações específicas para que eles pudessem lidar com as tecnologias”. (Silva, *et al.* 2024, p. 463).

É justamente essa sobrecarga de trabalho, dentre outros fatores, que resultaram em inúmeros impactos no desempenho e, sobretudo, na saúde mental dos docentes que precisaram se adaptar a uma nova forma de ensinar, utilizar tecnologias que, para muitos, eram desconhecidas, atendendo a um conjunto de novas demandas, ao mesmo tempo em que, lidavam com o isolamento social, o medo de contaminação, a possibilidade de perda dos familiares, a morte de pessoas queridas, acúmulo de funções etc.

O medo e as percepções distorcidas acerca da doença podem ser fatores motivadores para comportamentos sociais negativos relacionados a angústia, comportamentos de risco, estresse pós-traumático, dentre inúmeros outros. A convivência com pessoas que se enquadram nos grupos de risco, acaba intensificando os sintomas de depressão e ansiedade que precisam ser acompanhados adequadamente (CRUZ *et al.*, 2020).

Esse novo contexto também implicou em novas reorganizações de todas as atividades desempenhadas, na gestão do tempo para conciliar vida pessoal, trabalho e as interações com os alunos que, na rede pública paranaense, passaram a ocorrer por meio do *Google Meet* e da utilização dos recursos do *Google Classroom*, além das atividades que precisavam ser elaboradas e impressas para os educandos que não tinham acesso à internet precisando estudar apenas com esse material (SILVA, et al., 2024).

Os docentes que atuavam no âmbito universitário também enfrentaram um conjunto de desafios, muitos adoeceram em virtude da dificuldade de manusear os recursos tecnológicos, gravar aulas e alcançar os objetivos determinados pelas Instituições de Ensino Superior (IES) a que se dedicavam.

Esse processo de adoecimento ocorreu justamente pelas inúmeras incertezas características do período que, inegavelmente, resultaram em seu esgotamento profissional, síndrome de Burnout, transtorno de adaptação, transtorno afetivo bipolar, depressão etc. (SILVA *et al.*, 2020).

Tal contexto, é justificado por Silva et al. (2020, p.3) da seguinte maneira:

[...] os professores universitários estão inseridos em um ambiente propício ao adoecimento mental pelos impactos da Covid-19, seja pelas notícias jornalísticas de morbimortalidade, seja pelas pressões oriundas das instituições de ensino superior relacionadas ao uso das tecnologias digitais, somadas à sua vida conjugal, materna e doméstica e tantas outras atribuições que lhes são conferidas.

O trabalho realizado pela mídia foi intenso durante a pandemia, mantendo a população informada sobre o número de mortes, as medidas tomadas pelo poder público para atender as pessoas contaminadas, a importância do isolamento social, cuidados preventivos, medidas de higiene, alcance do Covid-19 nas populações de outros países etc.

Estas, e outras informações eram relevantes para o esclarecimento da população, mas também contribuem para ampliar o medo, pânico, incertezas e os problemas relacionados à saúde mental dos professores, assim como, de toda a sociedade.

Santos et al. (2021, p.246) reitera também que:

A migração emergencial, complexa, impositiva e desestruturada para o ensino remoto acarretou aumento de horas trabalhadas, dificuldades de adaptação com as ferramentas tecnológicas, bem como o enquadramento de compromissos conjugais, materno-familiares e domésticos na nova rotina diária.

Adicionalmente a um cenário de crise, considerado por si só um agente estressor, inúmeros docentes vêm adoecendo física e mentalmente em silêncio, como consequência da pressão para atingir os objetivos impostos pelos gestores, da culpabilização pela inadequada estrutura das instituições de ensino e da evasão dos estudantes.

Essa culpabilização se relaciona a necessidade de manutenção de índices, permanência dos estudantes nos cursos e a necessidade de evitar os casos de evasão. No entanto, é fato que as aulas remotas causaram um “[...] empobrecimento da comunicação, partilha de vivências, expressões, sentimentos, emoções, conhecimentos, práticas e saberes entre docente e discente” (Santos et al., 2021, p.246).

Ao mesmo tempo, situações em que os alunos que se recusaram a manter as câmeras abertas, a participar das aulas, realizar questionamentos por meio da abertura dos áudios das reuniões, intensificam a percepção de que os professores estavam falando sozinhos.

É importante mencionar, que os cursos de formação inicial em licenciatura não tratam de maneira aprofundada como utilizar os recursos tecnológicos digitais em sala de aula, tampouco o desenvolvimento de atividades assíncronas em possíveis crises como a pandemia de Covid-19, contexto que justifica a sobrecarga de trabalho ainda maior, especialmente para os professores que não as utilizavam previamente em seu cotidiano. (Silva et al., 2024).

Acrescido a todo esse contexto, a sociedade brasileira está inserida em um contexto neoliberal que facilita a manutenção de vínculos empregatícios frágeis, flexibilização dos contratos de trabalho, favorecimento dos empregadores, dentre outras situações que ampliam o medo dos docentes não terem sua fonte de renda garantida, especialmente, aqueles que atuam temporariamente por meio de testes seletivos e, conseqüentemente, ampliam suas possibilidades de adoecimento mental (Pereira *et al.*, 2020).

Durante a pandemia efetivou-se um contexto de superexploração do trabalho docente, pois todas as horas extras utilizadas para aprender a utilizar as tecnologias, preparar as aulas, atividades, avaliações, realizar as correções de trabalho, dentre outras atividades inerentes às práticas pedagógicas não foram computadas formalmente. Tal contexto também contribui para que ocorram prejuízos à saúde física e mental desses profissionais, ampliando seu sofrimento e fadiga, além de inúmeros outros riscos ocupacionais (Pereira *et al.*, 2020).

As evidências anteriores demonstram que o cuidado com a saúde mental dos professores deve ser um tema tratado com seriedade, sendo adotadas medidas preventivas e promotoras de melhorias nas condições físicas e emocionais desses profissionais que são tão importantes para a formação humana integral de educandos com diferentes faixas etárias (PEREIRA *et al.*, 2020).

No âmbito educacional, também foram configuradas inúmeras mudanças, que serão abordadas no subitem seguinte.

3.2 MAL-ESTAR DOCENTE E ABANDONO DA PROFISSÃO

As preocupações em torno da saúde do professor se intensificaram nas últimas décadas em virtude da ampliação do número de casos de adoecimento, afastamentos, absenteísmo, readaptação de função e aposentadorias precoces. Apesar disso, são poucas as legislações e políticas públicas elaboradas para tratar da saúde desse profissional que é imprescindível para a educação, especialmente, a pública (Cortez *et al.*, 2017).

Cotidianamente, o trabalho realizado pelo professor vai para além das mediações realizadas em sala de aula, exigindo um planejamento prévio, elaboração e correção de provas, trabalhos dentre outras atividades que ultrapassam a sua carga horária semanal. Essas atividades extramuros não são reconhecidas nem

compensadas financeiramente, ao mesmo passo em que a sociedade não valoriza o trabalho desenvolvido ou se preocupa com as condições de trabalho desses inúmeros profissionais (GUERREIRO *et al.*, 2016).

As condições de trabalho representam as circunstâncias como ele é realizado, abrangendo aspectos inerentes ao ambiente e a sua organização. Quando elas não são adequadas e a quantidade de trabalho é excessiva, ampliam-se as demandas físicas e emocionais dos profissionais de ambos os sexos e com diferentes faixas etárias (GUERREIRO *et al.*, 2016).

Esse contexto também caracteriza o cotidiano escolar e a maneira como os professores atuam. Quando as condições de trabalho são precárias, ocorre o comprometimento de sua eficiência e da capacidade de realização das atividades docentes diárias (GUERREIRO *et al.*, 2016).

De acordo com Guerreiro et al., (2016, p.198):

O cenário de condições precárias para o trabalho acaba por exigir dos professores um sobre-esforço ou uma hiper solitação de suas funções psicofisiológicas (Gasparini, Barreto e Assunção, 2005). A quantidade de tarefas executadas, denominada carga de trabalho, representa demandas ou exigências psicobiológicas do processo de trabalho que levam ao desgaste do trabalhador (Facchini, 1993). Acrescente-se que as novas exigências e competências requeridas dos professores, juntamente com as mudanças na organização do trabalho, têm causado o aumento dessas cargas de trabalho.

No que diz respeito aos aspectos intrínsecos à profissão docente, verifica-se que em inúmeros países existe uma situação caracterizada por Esteve (1999), como um “mal-estar”, ou seja, há um número cada vez menor de profissionais que almejam se qualificar para atuar na área educacional em virtude de inúmeros fatores primários ou secundários (contextuais) que compromete sua saúde física e psicológica de maneira gradativa e sucessiva.

Os fatores primários abrangem o “clima da sala de aula”, as tensões e os sentimentos negativos que assolam o professor. São representados pela conservação dos prédios escolares, falta de móveis, materiais didáticos, roubos, depredação, poucos recursos para a realização dos investimentos necessários, violência contra os professores, acúmulo de funções etc (Esteve, 1999).

Dentre os fatores secundários ou contextuais que permeiam a prática cotidiana, figuram situações como estresse oriundo de condições de trabalho inadequadas, demissões, conflitos, baixos salários, falta de materiais, infraestrutura

física, violência nas aulas, esgotamento físico, ansiedade, angústia, dentre outras situações que culminam em seu desgaste psicológico e em uma situação caracterizada como “mal-estar docente” (Esteve, 1999).

Nos últimos anos tem-se verificado uma ampliação das responsabilidades e exigências atribuídas aos professores, além de ações que caberiam às famílias e as sociedades, inserção da mulher no mercado de trabalho, reconfiguração da estrutura familiar, também atribuídas ao contexto escolar e aos profissionais que nele atuam. Existe uma modificação do papel atribuído ao professor que geralmente vai para além de mediar o conteúdo científico inerente a disciplina que leciona (Esteve, 1999).

Dentre as consequências oriundas desse “mal-estar docente” podem ser citados o abandono da profissão e o absenteísmo como estratégia para aliviar, mesmo que por um curto período, de todas as situações estressoras que ocorrem em sala de aula.

Santini (2004) destaca que os professores estão sujeitos à Síndrome do Esgotamento Profissional (SEP), o estágio mais avançado do estresse oriundo do trabalho. Com o passar do tempo, a práxis docente passa a ser marcada por sentimentos negativos que acabam comprometendo as mediações realizadas, o seu relacionamento com os alunos e demais componentes da comunidade escolar em virtude das pressões que culminam em diferentes reações físicas, psíquicas, comportamentais e defensivas adotadas.

O desgaste físico e emocional descritos pelos docentes com SEP estão associados a sentimentos depressivos e fadiga crônica, as péssimas condições de trabalho, baixos salários, ruído, classes superlotadas, cansaço físico em virtude da grande quantidade de aulas ministradas cotidianamente, posturas desconfortáveis, aumento do tom de voz, burocratização das atividades desenvolvidas, dentre outras situações que culminam na crise educacional que permeia a sociedade brasileira (Santini, 2004; Souza, Leite, 2011).

Cortez et al., (2017) ao analisar os sintomas físicos descritos pelo professor citam as dores corporais, doenças provenientes do envelhecimento, problemas nas cordas vocais, perda auditiva, dores nos membros devido a esforços repetitivos, disfonia etc.

Associados a esses fenômenos, os autores Souza e Leite (2011, p.1111) enfatizam que seu cotidiano é permeado por uma:

[...] multiplicidade de tarefas diferenciadas e simultâneas, o uso elevado da voz, as posturas desconfortáveis, a pouca frequência de pausas, as cargas psíquicas acumuladas, a falta de valorização do trabalho realizado, o estado psicológico dos alunos, a burocratização e rotinização das atividades educativas, a prescrição do trabalho, as dificuldades nas relações com as famílias dos alunos (que tendem a encarar os profissionais como responsáveis pelo sucesso ou insucesso de seus filhos), a falta de diálogo com a administração; a violência na escola (brigas entre alunos, roubos, ameaças dos alunos, depredação do espaço), a necessidade de o professor fazer outras atividades como forma de aumentar a renda; o trajeto frequentemente longo entre casa e local de trabalho (Carneiro, 2001); o trabalho em mais de uma escola, a necessidade de realização de parte do trabalho no universo doméstico (preparação de aulas, correção de provas), a dificuldade de participação, em cursos de aperfeiçoamento (Oliveira, 2001); a expansão dos contratos de trabalho para horistas e as políticas educacionais autoritárias (Pereira, 2000); a inserção do voluntariado e da participação comunitária na escola (provocando descentralização das decisões e atribuindo à escola, ao professor e à comunidade a responsabilidade pela educação básica), a inadequação do espaço físico, expressa nas carteiras baixas e no reduzido tamanho das salas (Noronha, 2001); a perda de autonomia e a divisão do trabalho, os movimentos repetitivos, o aumento das exigências cognitivas, as más condições das cantinas, a má higiene e limpeza escolar, a insegurança quanto à demissão (Lima, 2000); a falta de água, a insuficiência de carteiras, o comprometimento da rede elétrica, além de ocorrências frequentes relacionadas a agressões, salários em atraso, falta de concursos públicos para provisão de cargos e o conseqüente crescimento da contratação temporária [...]

Como visto no fragmento textual anterior, são inúmeras as situações que contribuem para a ampliação das dificuldades que permeiam o desenvolvimento do trabalho docente, lançando-se sobre sua saúde física e mental, assim como, na situação de mal-estar que corrobora o desejo permanente de desistir da carreira escolhida (Souza; Leite, 2011).

Nas últimas décadas houve uma ampliação significativa do número de matrículas na educação básica, entretanto, os investimentos realizados pelo governo não ocorreram de maneira proporcional. A maior demanda por professores, foi sanada, em parte, pela ampliação do número de faculdades privadas que oferecem cursos de licenciatura, bem como, a contratação de professores leigos, ou seja, que não possuem a devida formação para ministrar aulas (Santini, 2004).

A desvalorização da profissão docente também se reflete na redução do seu poder aquisitivo, sobrecarga, insatisfação com o ambiente de trabalho, insegurança em relação a permanência no trabalho, perda de controle da execução dos mecanismos utilizados ao longo da sua aula, falta de valorização, frieza, angústia, alienação, dentre outras situações que despertam o desejo de abandonar a licenciatura (SANTINI, 2004).

De acordo com Souza e Leite (2011, p. 1106) os estudos ergonômicos realizados tendo os professores como público-alvo demonstram que seu trabalho se caracteriza “[...] como uma atividade repetitiva, fragmentada em tarefas e submetida a intensos ritmos de trabalho”.

Os inúmeros problemas enfrentados cotidianamente levam os professores a se questionarem sobre a profissão escolhida, o seu sentido e sua identidade. Os resultados das más condições de trabalho também corroboram para o desenvolvimento da Síndrome de Burnout, prejuízos na criatividade e domínios socioemocionais, despersonalização, regressão etc. (Souza; Leite, 2011; Cortez et al., 2017).

Mesmo diante de tantas dificuldades e más condições, é importante mencionar que existem diversos docentes que não desistem de lutar para que as situações que causam adoecimento possam ser transformadas, garantindo e produzindo saúde no trabalho (Marchiori, et al., 2005).

Em virtude desse contexto permeado pelo adoecimento e pelo mal-estar docente, é imprescindível o desenvolvimento de medidas preventivas capazes de evitar esse processo. Entre as diversas estratégias, menciona-se o acompanhamento dos futuros docentes a fim de evitar suas lacunas durante a formação inicial² momento em que se apropriam dos conhecimentos pedagógicos e competências necessárias para o exercício profissional posterior e, formação continuada, após iniciarem sua carreira a fim de evitar essa situação de “mal-estar”. (Esteve, 1999; Santini, 2004).

No que diz respeito a promoção de sua saúde, Cortez et al. (2017, p.117) cita as seguintes estratégias:

[...] favorecer a ética, a autonomia e a preocupação coletiva no trabalho diminuem o estresse ocupacional; a articulação entre pesquisa e trabalho docente favorece a otimização das condições de trabalho pelo professor; a orientação e diagnóstico fonoaudiológico aprimora o cuidado com a própria voz e reduz a exposição ao risco no ambiente de trabalho; os treinos e aquecimentos vocais, bem como as oficinas fonoaudiológicas diminuem os problemas vocais; as intervenções dialógicas em grupo que articulam o saber técnico-profissional com especificidades contextuais apresentam maior eficácia na mudança de hábitos; as oportunidades de lazer, melhores condições de trabalho e econômicas, bem como acesso à orientação em saúde vocal protegem agravos à voz do professor; a discussão de ideais e utopias políticas e educacionais com professores favorecem a resistência às

² Nesse momento também são consolidadas suas crenças, sejam elas positivas ou negativas, sobre a prática docente e sua concepção sobre o trabalho que precisará desempenhar. Quando as crenças construídas são negativas, elas acompanharão o docente ao longo de toda a sua trajetória, ao mesmo tempo, em que são difíceis de serem transformadas (Santini, 2004).

dificuldades cotidianas e a possibilidade de se vivenciar qualidade de vida, apesar da presença do adoecimento, desde que sejam desenvolvidos mecanismos de suporte social no trabalho e ampliada a compreensão da noção de saúde por parte dos docentes.

Como pode ser evidenciado no fragmento textual anterior, existem inúmeras medidas que podem contribuir para evitar o adoecimento físico do professor, mas elas também, abrangem outros âmbitos, como por exemplo, a elaboração de políticas públicas, reorganização do trabalho, melhoria das legislações trabalhistas, dentre outras ações que precisam ser implementadas a curto, médio e longo prazo.

É preciso ampliar o número de estudos que tratam da saúde do professor, das atividades desenvolvidas e, conseqüentemente, dos fenômenos que corroboram para a precarização do seu trabalho, visando evitar as situações de sofrimento e adoecimento vivenciadas de maneira cada vez mais frequente em todo o país, bem como, o desejo de abandonar essa carreira tão importante para a sociedade.

Quadro 1. Principais doenças relacionadas a saúde mental de professores da rede básica.

Condição	Principais características
Ansiedade	medo ou preocupação exagerados frente a situações do cotidiano, tensão constante, hiperatividade mental e física.
Síndrome de Burnout	Exaustão física e emocional, cinismo e sentimentos de ineficácia profissional, resultante de estresse crônico no trabalho.
Depressão	Tristeza persistente, perda de interesse em atividades prazerosas, alterações no sono e apetite, sentimentos de inutilidade.
Estresse	Irritabilidade e agressividade, ansiedade e desânimo, problemas de concentração e desânimo, Problemas digestivos, dores de cabeça e tonturas, queda de cabelo, angústia e tristeza.

Fonte: Maslach e Leiter (2016), Cortez (2017), Souza e Leite (2011). Org. A autora, 2024.

Inúmeros professores tiveram sua saúde mental afetada, muitas vezes, por não conseguirem atingir os objetivos propostos pela instituição, e devido às diversas pressões relacionadas ao manuseio das tecnologias, gravações de aulas, e ao receio do baixo rendimento dos estudantes nas avaliações externas, os docentes acabam adoecendo (Mckimm et al., 2020). E dentre as principais doenças mentais e físicas, segundo fulano, ciclano, beltrano, tem ocorrido desde rouquidão da voz até casos graves de saúde mental, como a Síndrome de Burnout (quadro 1 e 2).

Quadro 2. Principais doenças relacionadas a saúde mental de professores da rede básica.

Condição	Principais características
Distúrbios vocais	Rouquidão e nódulos nas cordas vocais, porque durante o dia de trabalho a voz é usada constantemente e com frequência é necessário se elevar seu tom para se sobrepor ao barulho da sala de aula.
Dores nas costas	Sobrecargas na coluna e nos membros inferiores e tendem a acarretar dores nas regiões lombar, cervical, nos ombros.
Lesões por Esforços Repetitivos - LER e as Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho - DORT	Doenças que afetam o sistema musculoesquelético, principalmente em decorrência de movimentos repetitivos, posturas inadequadas ou esforço excessivo.
Diabetes mellitus: retinopatia diabética	É uma doença ocular que afeta os vasos sanguíneos da retina e é uma das principais complicações do diabetes, suas características são, microaneurismas, hemorragia intracraniana, exsudatos, manchas algodinosas, edema macular e isquemia macular, neovascularização, hemorragia vítrea e descolamento da retina de tração
Hipertensão arterial	Dores no peito, dor de cabeça, tonturas, zumbido no ouvido,

	fraqueza, visão embaçada
--	--------------------------

Fonte: Bosco (2020), Pereira (2019), OMS (2018). Org. A autora, 2024.

Os quadros 1 e 2 indicam as doenças citadas em pesquisas acadêmicas e seus sintomas, suas características para que se possa haver um entendimento melhor de como elas atingem os professores e afetam a vida desses profissionais.

Compreendemos que a pressão no ambiente educacional tem se tornado um tema cada vez mais relevante, especialmente em relação ao bem-estar dos professores. O fenômeno do burnout, que abrange estresse, ansiedade e depressão, é um processo complexo que requer uma análise cuidadosa de suas causas e consequências. O burnout é caracterizado por um estado de exaustão emocional, despersonalização e redução da realização pessoal.

No contexto dos educadores, esse esgotamento pode se manifestar devido a múltiplos fatores. Primeiramente, a carga horária excessiva e a alta demanda por resultados acadêmicos intensificam a pressão sobre os professores. Muitas vezes, eles são levados a trabalhar horas extras não remuneradas, o que compromete sua saúde física e mental. Além disso, a falta de reconhecimento e apoio por parte das instituições de ensino e da sociedade contribuem significativamente para o desenvolvimento de sentimentos de inadequação e frustração. Outro aspecto importante a ser considerado é a relação professor-aluno. A interação constante com estudantes que apresentam comportamentos desafiadores ou que enfrentam dificuldades de aprendizagem pode levar a um aumento do estresse. Os educadores muitas vezes se sentem responsáveis pelo sucesso de seus alunos, o que pode gerar uma pressão interna ainda maior. Essa situação é agravada pela escassez de recursos e treinamentos adequados, que poderiam ajudá-los a lidar com esse desafio.

A ansiedade e a depressão, que frequentemente acompanham o burnout, impactam não apenas a saúde mental dos professores, mas também a qualidade do ensino oferecido. Educadores que lidam com esses problemas emocionais podem sentir-se incapazes de engajar seus alunos de forma eficaz. Isso, por sua vez, gera um ciclo vicioso: ao perceberem que não estão alcançando o sucesso desejado, os professores podem se sentir ainda mais pressionados e desencorajados,

aprofundando seu estado emocional negativo. Além disso, o estigma associado à saúde mental muitas vezes impede que os educadores busquem ajuda. O medo de serem vistos como "fracos" ou incapazes pode levar a um isolamento ainda maior. A cultura educacional frequentemente prioriza a resiliência e a força, desconsiderando a necessidade de suporte psicológico. Portanto, é crucial que as instituições de ensino adotem políticas que incentivem a abertura sobre saúde mental, proporcionando um ambiente onde educadores se sintam seguros para discutir seus desafios.

Por fim, a prevenção do *burnout* entre professores deve ser uma prioridade nas políticas educacionais. Programas de formação continuada que abordem questões de saúde mental e estratégias de autocuidado podem ser benéficos. Além disso, é fundamental promover a criação de redes de apoio dentro das escolas, onde os educadores possam compartilhar experiências e buscar ajuda mútua. Em suma, a análise do *burnout*, estresse, ansiedade e depressão entre professores revela um processo multifacetado que exige atenção e ação. É imprescindível que tanto as instituições quanto os educadores se unam para criar um ambiente escolar mais saudável, que reconheça e valorize a importância do bem-estar mental. Como afirmam Maslach e Leiter (2016, p.103), "o combate ao *burnout* deve começar com a construção de um ambiente de trabalho que promova a satisfação e o engajamento".

Entre os problemas físicos mais comuns estão os distúrbios vocais, dores nas costas e Lesões por Esforços Repetitivos (LER), além das Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho (DORT). Além disso, questões como diabetes mellitus e suas complicações, como retinopatia diabética e hipertensão arterial, também se destacam nesse cenário. Esta análise busca explorar esses aspectos de forma a entender suas inter-relações e impactos na saúde dos docentes. Os distúrbios vocais são uma preocupação central para os professores, cuja atividade muitas vezes exige o uso intenso da voz. Fatores como a utilização inadequada da voz, ambientes ruidosos e a necessidade de falar por longos períodos podem levar ao desenvolvimento de problemas como a rouquidão e a fadiga vocal. Esses distúrbios não apenas afetam a eficácia da comunicação, mas também podem gerar um impacto emocional significativo, contribuindo para o estresse e a insatisfação profissional.

Paralelamente, as dores nas costas são outro problema prevalente entre educadores. A má postura durante as aulas, o transporte de materiais pesados e a

pressão psicológica do trabalho podem causar ou agravar problemas posturais, resultando em dor crônica. De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), as dores nas costas são uma das principais causas de incapacidade em todo o mundo, e a profissão docente não está imune a essa estatística (OMS, 2018). A implementação de programas de ergonomia e a promoção de hábitos saudáveis são fundamentais para mitigar essas queixas, permitindo que os professores desempenhem suas funções de maneira mais confortável e eficaz.

As Lesões por Esforços Repetitivos (LER) e as Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho (DORT) são problemas adicionais que afetam a classe docente. A repetição constante de atividades, como escrever em lousas ou digitar, pode resultar em lesões musculoesqueléticas. No que diz respeito a condições metabólicas, o diabetes mellitus é uma condição crescente que pode afetar a saúde dos professores, principalmente quando não tratado adequadamente. As complicações associadas, como a retinopatia diabética e a hipertensão arterial, podem impactar significativamente a capacidade funcional do docente e sua qualidade de vida. O estresse e a carga horária intensa muitas vezes dificultam o controle adequado da glicemia, aumentando o risco de sérias complicações. Assim, promover um ambiente de trabalho que favoreça hábitos saudáveis, como alimentação equilibrada e atividade física regular, é essencial para a saúde dos professores.

A interconexão entre esses problemas de saúde revela a necessidade de intervenções abrangentes que considerem não apenas a saúde física, mas também a saúde mental e emocional dos educadores. A criação de políticas públicas voltadas para a saúde do professor, assim como a realização de ações de prevenção realizadas por instituições de ensino, pode contribuir significativamente para melhorar as condições de trabalho e saúde dessa categoria.

Em resumo, os professores enfrentam múltiplos desafios de saúde relacionados às suas atividades profissionais, incluindo distúrbios vocais, dores nas costas, LER, DORT e complicações associadas ao diabetes. É imperativo que educadores e instituições de ensino reconheçam essas questões e busquem soluções que promovam um ambiente de trabalho mais saudável, garantindo que os docentes possam exercer sua profissão com qualidade e bem-estar.

3.3 Os FATORES QUE TÊM CONTRIBUÍDO PARA O MAL-ESTAR DOCENTE

Esse adoecimento dos professores pode ser explicado por diferentes perspectivas, mas entendemos que um conjunto formado por 3 fatores tem exercido maior influência no contexto educacional no estado do Paraná, sendo eles: a territorialização de políticas curriculares de cunho neoliberal na educação, as tecnologias e a necessidade de recomposição.

Primeiramente, a territorialização de políticas curriculares com viés neoliberal se manifesta na imposição de uma gestão centralizada, que prioriza a padronização e a competitividade em detrimento da diversidade e da autonomia pedagógica. O modelo neoliberal, fundamentado na lógica de mercado, promove uma visão utilitarista da educação, onde o valor do conhecimento é medido por indicadores de desempenho e resultados. Essa abordagem gera uma pressão excessiva sobre os professores, que precisam se adequar a exigências que muitas vezes ignoram as especificidades locais e culturais das comunidades em que atuam (Silva, 2017).

Além disso, a introdução acelerada de tecnologias na educação, embora tenha potencial para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, também contribui para o mal-estar docente. A necessidade de se adaptar a novas ferramentas digitais e metodologias pode ser angustiante para muitos profissionais, que frequentemente não recebem a formação continuada necessária para lidar com essas inovações. O sentimento de insuficiência e a comparação constante com colegas mais adaptados às novas tecnologias exacerbam a ansiedade e o estresse (Moran, 2020).

Outra questão fundamental é a falta de valorização do docente, que se reflete em salários baixos, precarização do trabalho e em um sistema que muitas vezes desconsidera sua experiência e saberes. A pressão crescente pela melhoria de desempenho, sem a devida valorização do esforço e do compromisso dos educadores, resulta em desmotivação e desgaste emocional. O desprestígio do magistério, aliado à falta de políticas públicas efetivas que busquem a recomposição das condições de trabalho dos professores, tem gerado um cenário de desamparo e insatisfação (Pereira, 2019).

Em contrapartida, é imprescindível que haja uma reflexão crítica sobre esses desafios e a necessidade de recomposição da carreira docente. Políticas educacionais que respeitem a autonomia dos professores e promovam um ambiente de diálogo e colaboração são essenciais para reverter esse quadro de mal-estar.

Para tanto, é necessário um investimento significativo na formação continuada, tanto em relação às tecnologias quanto ao fortalecimento das práticas pedagógicas que respeitem as realidades locais (Gatti, 2018). Dessa forma, o papel do educador como mediador de aprendizagens significativas poderá ser resgatado.

Por fim, a confluência desses fatores – políticas curriculares neoliberais, insuficiência tecnológica e a falta de apoio e valorização do professor – cria um ambiente desfavorável à prática docente no Paraná. A recomposição das condições de trabalho e a construção de uma educação mais humanizada são necessidades urgentes, a fim de garantir não apenas a saúde mental dos educadores, mas também a qualidade da formação que oferece aos alunos. Portanto, a luta por uma educação que respeite a diversidade e promova o desenvolvimento integral dos indivíduos deve ser um compromisso coletivo, envolvendo todos os atores sociais.

Um dos principais fatores que tem levado ao mal-estar entre os docentes é a desvalorização da profissão. Historicamente, a carreira de professor é vista como uma opção menos atraente em comparação com outras profissões, especialmente em termos de remuneração. Segundo Ferreira (2021), muitos educadores no Paraná recebem salários abaixo do ideal, o que desencoraja novos talentos a ingressarem na profissão e causa descontentamento entre os já atuantes. Esta desvalorização se reflete não apenas na questão financeira, mas também na falta de reconhecimento social. A imagem do professor ainda é muitas vezes ligada a estereótipos negativos, que subestimam a complexidade e a importância do trabalho educacional.

Outro fator significativo é a sobrecarga de trabalho que os docentes enfrentam. O dia a dia do professor muitas vezes inclui não apenas o ensino em sala de aula, mas também atividades administrativas, correção de provas, planejamento de aulas e reuniões. De acordo com os dados levantados por Santos (2020), muitos professores trabalham além das 40 horas semanais previstas, o que gera um desgaste físico e emocional significativo. Essa pressão por desempenho e a constante exigência de resultados podem levar a um estado de esgotamento conhecido como burnout, afetando diretamente a qualidade das aulas e o relacionamento entre professores e alunos. Além disso, a falta de apoio institucional e de estrutura adequada nas escolas contribui para o mal-estar docente. Muitas instituições de ensino no Paraná enfrentam problemas relacionados à infraestrutura, recursos pedagógicos insuficientes e escassez de pessoal. Em sua pesquisa, Almeida (2019) aponta que, em diversas escolas, os professores não contam com o

suporte necessário para enfrentar os desafios diários, resultando em um ambiente de trabalho hostil e desmotivador. Essa ausência de apoio se torna uma barreira significativa para a implementação de práticas pedagógicas inovadoras, limitando as oportunidades de desenvolvimento profissional e pessoal.

Em síntese, o mal-estar docente no Paraná é um fenômeno multifacetado, que reflete a conjugação de várias questões interligadas. A desvalorização da carreira, a sobrecarga de trabalho e a falta de apoio institucional são aspectos que minam a motivação dos educadores e afetam a qualidade do ensino. Para mitigar esses problemas, é imprescindível que haja uma mobilização conjunta entre o governo, a sociedade e os próprios profissionais da educação, visando à valorização do magistério e a criação de condições adequadas para o exercício da docência. Apenas assim será possível garantir uma educação de qualidade e um ambiente de trabalho saudável para os docentes no Paraná.

3.3.1 O aprofundamento das políticas educacionais neoliberais

A palavra “política” vem do grego a partir do termo politikó, que manifesta a participação dos sujeitos livres das decisões nos caminhos os quais a pólis (cidade) deve tomar. Já a palavra “pública” possui origem latina e exprime o povo, do povo. Sendo assim, a política pública constitui a participação do povo nas decisões do seu território em articulação com o Estado.

Estado esse que, numa perspectiva marxista, é uma feroz construção burguesa de parte da sociedade que se expressa contraditoriamente sobre as relações dos meios de produção. Evidentemente, se tomamos a etimologia das palavras e a estaticidade do conceito como referências, o debate torna-se mais simples. Entretanto, ao tentar compreender o que o real nos é exposto, daremos conta de que as políticas públicas se organizam como um campo de muitas batalhas, embates, combates, medição de forças, contradições e interesses. Desse modo, vimos que o conceito de políticas públicas está ligado com o poder do Estado em “[...] atuar, proibir, ordenar, planejar, legislar, intervir, com efeitos vinculadores a um grupo social definido [...]” (Shiroma; Moraes; Evangelista, 2007, p.7).

É importante ressaltar que as contradições mencionadas são parte integrante da nossa sociedade e, conseqüentemente, do Estado que não consegue eliminá-las, mas as gerencia por meio de mecanismos de controle através de

políticas públicas. Estas políticas operam em um dinamismo de inter-relações, tensões e forças que revelam sua representatividade no contexto desse intenso conflito.

As políticas públicas são moldadas pelos conflitos e pressões existentes tanto internamente quanto entre elas mesmas, o que nos leva a entender que não se trata de uma construção fixa e desprovida de compromisso, mas cuidadosamente e deliberadamente aplicada na sequência dos conflitos sociais. Assim, entender a essência das políticas públicas requer uma compreensão que ultrapassa seu conceito e descrição, discutindo o que se requer em termos de projeto social do Estado (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007, p.7).

Portanto, ao trazer o debate para a esfera educacional, não estamos apenas discutindo as políticas públicas em si, mas também discutindo partes de um projeto social que se transforma ao longo da história, conforme as agendas impostas pelos grupos que ocupam o poder. Esta discussão se baseia na atual agenda neoliberal que intensifica a internacionalização das políticas educacionais no país, resultando no aumento do desconforto dos professores.

As mudanças realizadas no Estado e na educação desde os anos de 1990 são cruciais como táticas para combater a pobreza e regular a sociedade sob a ótica da economia (Leher, 1998). É interessante mencionar que esses mecanismos foram utilizados como compromissos do grupo político da época, ligado às políticas econômicas capitalistas e globais, que procurou aderir à visão neoliberal de educação, estabelecendo acordos com os grandes grupos financeiros. Conforme Leher (1998), o documento "Financiamento da educação nos países em desenvolvimento: uma análise das opções políticas", de 1986, elucida o marco inicial das diretrizes do Banco Mundial na área educacional e seu papel crucial nas ações privatizantes das políticas sociais, cada vez mais isentando o Estado de suas responsabilidades. É evidente que esse mecanismo, além de fomentar uma situação de desigualdade, a intensifica, já que, ao abordar a realidade de nações em desenvolvimento, os direitos à educação e à saúde são ameaçados.

De acordo com Shiroma, Moraes e Evangelista (2007), em 1992, o Brasil sinalizava as bases políticas e ideológicas de algumas dessas declarações, reproduzindo-as em seu território através do Plano Decenal de Educação para Todos de 1993. "[...] o Brasil estabelecia as metas locais com base no acordo de Jomtien e sinalizava aos organismos multilaterais que o projeto educacional por eles

recomendado seria implementado aqui." (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007, p.52)

Ao aderir a essas diretrizes, presenciamos atualmente a aplicação de políticas de regulação, padronização, autoritarismo e tecnicismo que, em conjunto com outras políticas, tornam a educação pública cada vez mais vulnerável e desviada do seu principal objetivo: a humanização.

A seguir, apresentamos dois exemplos de políticas públicas atuais na área da educação, resultantes do processo de globalização. A Medida Provisória (MP) no 746, de 22 de setembro de 2016 (Brasil, 2016), estabeleceu a implementação das escolas de ensino médio em período integral, a estruturação de seu currículo e a distribuição de sua carga horária sob uma visão tecnicista e excludente, eliminando a obrigatoriedade de disciplinas curriculares como Sociologia, Filosofia, Artes, Educação Física e outras.

Além da validação e aplicação do conhecimento notório. A Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), Resolução CNE/CP no 02, de 20 de dezembro de 2019 (Brasil, 2019), também pode ser mencionada. Devido à ausência de discussões e diálogos, essa política determina a estrutura dos currículos que formam todos os professores no país em suas primeiras formações.

De acordo com sua origem, essa política traz consigo um retrocesso fundamentado na pedagogia tecnicista das competências e habilidades como alicerce da formação de professores. Essas políticas são acompanhadas por exames standardizados em grande escala que indicam o baixo rendimento dos alunos no país, sem considerar todos os processos que contribuem para esse resultado. Pode-se questionar a maneira como esses resultados são realizados e divulgados, que geralmente responsabilizam o professor pelo desempenho insuficiente dos alunos perante a sociedade.

Chama-nos a atenção o desprezo com que a classe docente foi tratada e alijada na tomada de decisões e encaminhamentos de questões fulcrais no seu exercício profissional. Posturas autoritárias que negam à classe a possibilidade de discutir esses encaminhamentos legais, corrompem e corroem o âmago da profissão. É uma espécie de cerceamento da profissionalização, uma vez que profissionalizar-se implica em conhecer a fundo seu próprio trabalho; as ações e decisões individuais e coletivas específicas e peculiares àquela determinada área; suas implicações teórico-práticas a curto e longo prazo; suas reverberações sociais, culturais e políticas em determinados grupos e comunidades. Como limitar os debates àqueles que fazem parte da autoria do acontecer

do processo de ensino e aprendizagem? Tal postura retrata a agenda ultraliberal — que acaba por explicitar um crescente fundamentalismo [...] e que, de forma arquitetada, promovem a perda do processo histórico de profissionalização por parte dos professores.``por (Abreu, 2020, p.168).

Abreu (2020) nos chama a atenção para o aumento da desprofissionalização. Além disso, destaca-se que essa mesma deterioração é resultado da violência da lógica do capital. Esta perspectiva de mundo e as interações sociais que permeiam essas agendas que implementam políticas públicas direcionadas à educação tem se mostrado um propulsor ativo na intensificação do desconforto dos docentes.

Atualmente, as políticas educacionais têm sido no Brasil alvo de grandes discussões no que se diz respeito aos impactos causados na saúde docente, embora o objetivo de qualquer política pública seja aperfeiçoar a qualidade do ensino, muitas ações implementadas têm gerado um mal-estar crescente entre os professores. Isso acontece devido a várias dessas políticas não considerarem a realidade escolar, a sobrecarga de trabalho dos professores e as adversidades enfrentadas no dia a dia educacional, resultando em um ambiente de trabalho desvalorizado e estressante.

Um claro exemplo desse mal-estar é a implementação de reformas curriculares e de avaliação externas, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Desempenho de Estudantes (ENADE) que embora importantes, acabam sobrecarregando os professores. A pressão por resultados, sem o devido suporte e recursos para a sua execução gera um sentimento de frustração.

Muitos professores se veem obrigados a adaptar suas práticas pedagógicas a um currículo engessado, que nem sempre contempla as especificidades de seus alunos, Além do mais, a constante exigência por inovação nas metodologias de ensino, sem a oferta de formação continuada adequada, só aumenta a sensação de exaustão.

Outro ponto que contribui para o mal-estar docente é a desvalorização profissional e salarial. O baixo investimento em educação e a ausência de reconhecimento do trabalho dos professores criam um ambiente de insatisfação generalizada. Quando as políticas públicas não priorizam a melhoria de condições de trabalho, valorização da carreira docente e o respeito à autonomia do docente, o fruto é o desgaste emocional e físico, que podem levar a problemas de saúde

mental. O mal-estar gerado por essas políticas têm assim efeitos diretos no desempenho do professor e conseqüentemente, na qualidade da educação ofertada aos alunos educacionais sejam repensadas, considerando as reais necessidades dos docentes para que consiga de fato, promover uma educação de qualidade para todos.

3.3.2 Educação e Tecnologias na Pandemia

Em virtude da necessidade de isolamento social para conter a contaminação e a propagação do Covid-19, as instituições educacionais precisaram ser fechadas temporariamente como já foi mencionado anteriormente. No dia 17 de março de 2020, entrou em vigor a Portaria nº 343, autorizando, em caráter excepcional, a substituição das aulas presenciais por aulas mediadas pelos meios de comunicação e informação durante a pandemia.

Jesus Pereira et al. (2020, p.231) afirma que:

O impacto causado pela pandemia do novo coronavírus vem impondo drásticas modificações na rotina da população mundial. Diversas áreas foram atingidas por essas mudanças, entre elas, a educação. Logo após a OMS declarar pandemia de coronavírus, o Ministério da Educação passou a definir critérios para a prevenção ao contágio da COVID-19 nas escolas. Desse modo, o desafio fundamental da educação brasileira tem sido se readequar ao cenário para que os estudantes não sejam prejudicados com a pandemia.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96) já previa essa possibilidade de atendimento educacional com o apoio dos recursos trazidos pelas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TIDCs) nos casos emergenciais. A partir disso, os Conselhos Estaduais de Educação dos vários estados regulamentaram o ensino remoto e/ou a Educação a Distância (EAD) enquanto a pandemia durasse em todos os níveis e modalidades da educação brasileira por meio de diversos decretos, portarias e orientações específicas.

Considerando as orientações acerca da necessidade de isolamento social, as escolas paranaenses adaptaram a realização do processo de ensino e aprendizagem a fim de evitar a contaminação e a disseminação do Covid-19, ao mesmo tempo que os prejuízos educacionais eram minimizados. (Joye et al., 2020).

Silva et al. (2024) acredita que as tecnologias digitais devem ser utilizadas com frequência no cotidiano do professor, não apenas no período pandêmico, mas para isso, é imprescindível que possa contar com cursos de formação, inicial e continuadas, específicos. A profissionalização dos docentes contribuirá para que possam diversificar as estratégias de abordagem dos conteúdos, tornando mais fácil a utilização dos laboratórios de informática, tablets, softwares educacionais, jogos pedagógicos, dentre outros.

Ao longo de 2020 e 2021 as escolas sofreram um duro golpe precisando repensar suas práticas tradicionais e adequar-se ao ensino remoto havendo poucas instituições, especialmente as privadas, que conseguiram atender rapidamente às novas exigências. Ao mesmo tempo, percebeu-se de forma bastante nítida a desigualdade que permeava as instituições privadas e públicas, demonstrando os pontos fracos que precisavam ser melhorados urgentemente, por exemplo, através de novos modelos de escola e de processos pedagógicos (Trezzi, 2021).

Para Silva (2020, p.72):

[...] não se pode ignorar que a grande parcela da população que frequenta a educação básica regular no país não dispõe de mecanismos que assegurem o mínimo de qualidade nos momentos em que as redes, sobretudo públicas, de ensino buscam dar um tom, de normalidade e garantia do “repasse” de conteúdos a esses estudantes.

Durante a pandemia houve um nítido processo de intensificação das atividades que precisavam ser desenvolvidas pelos professores em virtude da necessidade de utilização das TDICs para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem que ganhou novos contornos.

A utilização de plataformas como o Google Classroom, realização de videochamadas, necessidade de reelaboração de atividades, provas e avaliações diversas, uso de softwares educacionais específicos³ Dentre tantas outras exigências culminaram em diferentes níveis de sofrimento, angústia e exaustão associados ao medo do desemprego durante o período em que as escolas estavam fechadas, especialmente, as privadas que passaram a realizar a junção de turmas.

Silva (2020, p.73) também reitera que o novo contexto “normal” de educação, passou a exigir que os professores passassem a:

³ Inúmeras instituições de ensino superior (IES) elaboraram ou intensificaram o uso das suas próprias plataformas para facilitar o acesso a materiais diversos, disponibilizar videoaulas, etc.

[...] alimentar plataformas digitais, blogs, sites, grupos de aplicativos, canais de vídeos, elaborar tarefas e vídeo aulas, atender à chefia imediata, as famílias –igualmente angustiadas e acometidas pelas incertezas que o isolamento social traz –e ainda correm o risco de, quando o retorno ao que se tem chamado de “novo normal” ocorrer, terem que retomar todas essas atividades laborais e ainda garantir que o currículo seja plenamente trabalhado.

A pandemia trouxe uma nova rotina e realidade na educação e no modo de vida; no período pós-pandemia novos sentimentos e necessidades se forjaram, mudanças que ocorreriam em um período maior, tornaram-se uma urgência. O estudo domiciliar caracteriza uma exceção no período pandêmico devido ao impedimento de aglomerações no espaço escolar para impedir/reduzir a contaminação de Covid-19. Era a única forma de estudar e garantir o acesso aos conhecimentos previstos para a idade e série de cada aluno, mas também, um dos fatores que tornou ainda mais evidente as desigualdades sociais que assolam os alunos brasileiros (Trezzi, 2021).

Vale destacar que durante a pandemia os professores receberam alguns treinamentos específicos para utilizar as tecnologias digitais e realizar as aulas remotas, postar os exercícios e atividades diversas; muitos precisaram comprar equipamentos. Sendo assim, é importante que nesse momento pós pandemia, possam encontrar estratégias para utilizá-los em sala de aula.

A formação continuada dos professores que atuam na educação básica é imprescindível para seu crescimento pessoal, profissional e cultural, devendo ser realizada ao longo de toda a sua carreira. Devido a pandemia, ficou ainda mais evidente sua importância devido a necessidade de utilizar recursos que não eram comuns no cotidiano docente.

A formação pode ocorrer no meio físico ou virtual, permitindo o diálogo e a troca de experiências. Após a pandemia de Covid-19 a formação continuada ampliou sua importância devido a necessidade de realizar o processo de recomposição da aprendizagem, compreender como ele pode ser realizado.

3.3.3 Educação Pós-Pandemia e Novos Contornos na Recomposição da Aprendizagem

A pandemia de COVID-19 causou um impacto significativo na educação mundial, interrompendo o processo de ensino-aprendizagem por um longo período, escolas adotaram o ensino remoto, uma medida que, embora necessária trouxe desafios como a falta de infraestrutura tecnológica, desigualdade de adaptação de professores e alunos a novas formas de aprendizado. A recomposição da aprendizagem tornou-se, portanto, uma prioridade, visando minimizar as perdas educacionais acumuladas durante o período de isolamento social, garantindo que os alunos retomassem seu desenvolvimento acadêmico de maneira eficaz. Uma das abordagens para a recomposição da aprendizagem pós-pandemia é o foco na recuperação das habilidades essenciais que os alunos não conseguiram desenvolver completamente durante o ensino remoto.

Isso implica estratégias de recuperação que envolvem conteúdos básicos, com ênfase nas áreas de linguagem e matemática, que são as disciplinas que formam a base do aprendizado em diversas disciplinas. Além do mais, a adaptação dos currículos e a flexibilização dos conteúdos programáticos permitem uma retomada gradual, respeitando o ritmo de cada aluno e duas necessidades específicas.

Para discutir as especificidades da educação brasileira após a pandemia de Covid-19, Trezzi (2021) enfatiza que, antes de sua ocorrência já havia problemas que a assolavam como os baixos índices de desempenho dos alunos, necessidade de ampliação/melhoria das políticas públicas, garantia e efetiva do Estado de educação pública em todas as regiões, ampliação dos recursos investidos etc.

Com o término da pandemia e o retorno às escolas, os professores passaram a enfrentar novos desafios, havendo a necessidade de elaborar um currículo individual de transição capaz de orientar o processo de ensino e aprendizagem, auxiliando os alunos no processo de recomposição, adaptação a rotina e, inclusive, socialização.

Paralelamente, também havia a preocupação em cumprir todos os protocolos de segurança, medidas sanitárias de proteção individual e social, distância de afastamento das carteiras em sala de aula, uso contínuo de álcool em gel, cuidados com a higiene, dentre outros.

A retomada das atividades pedagógicas demonstrou que não era possível a uniformização das atividades, sendo imprescindível uma mudança no currículo, atendendo às especificidades dessa transição (pandemia, pós pandemia), respeitando as particularidades de cada escola e dos educandos atendidos para promover efetivamente sua emancipação (Silva, 2020).

A recomposição da aprendizagem no período pós-pandemia gradativamente se tornou uma prioridade em todo o país, devido às inúmeras dificuldades enfrentadas pelos alunos no modelo não presencial, pois muitos não conseguiram se adaptar ao ensino remoto emergencial havendo um comprometimento de seu desenvolvimento e aprendizagem.

Damasceno et al. (2022, p. 2) destaca em suas análises dados do seguinte estudo:

Segundo dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), em parceria com o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) Educação, cerca de 3,7 milhões de crianças e adolescentes da faixa etária de 6 à 15 anos, em 2020, estavam matriculados, mas não tiveram acesso a nenhuma atividade escolar, ou seja, nem impresso ou por meio digital, tiveram o seu direito de aprender usurpado, somados a eles 1,5 milhões não estavam sequer matriculados em uma rede de ensino, o que se calcula em 5,1 milhões de crianças e jovens sem acesso à educação.

Esses dados são alarmantes pois a não alfabetização na idade correta culmina em inúmeros prejuízos ao desenvolvimento infantil a curto, médio e longo prazo, bem como, das possibilidades de evasão e reprovação. Mesmo com o ensino remoto ao longo dos anos de 2020 e 2021, houve uma redução no ritmo de aprendizagem devido a fatores diversos como, por exemplo, o acesso desigual às TDICs.

Santos e Cruz (2023, p. 3) destacam:

A reformulação de metodologias e práticas pedagógicas é, agora, mais que necessária para que a sala de aula continue em processo de transformação e atualização constante. Desse modo, não devemos realizar ações de forma isolada, imediata ou superficial. Faz-se necessário um esforço coletivo de docentes, gestores(as), discentes e suas famílias para superar os desafios e garantir que todos(as) estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade e equitativa.

A recomposição da aprendizagem exige a realização de um trabalho em equipe, no qual todos os componentes da comunidade escolar, estabeleçam

estratégias e caminhos para alcançá-las, articulando teoria e prática, as experiências vividas, utilização de metodologias ativas, diálogo em sala de aula etc.

Nesse período pós pandemia fica evidente que a educação passará anos se reestruturando, exigindo um planejamento coletivo para que os processos deficitários nas aprendizagens possam ser repensados, sendo promovidas alternativas para tentar sanar suas lacunas.

Nesse cenário pós pandemia, permeando inúmeras mudanças e exigências, o professor precisa construir novos conhecimentos, competências e saberes estando consciente que é um ser inacabado. Para isso, é imprescindível a realização de leituras, pesquisas, análises críticas e reflexivas, observação, desenvolvimento de estudos diversos, cursos que permitam a troca de experiências.

Santos e Cruz (2023, p.10) afirmam que:

Não podemos esquecer que o/a professor/a está imerso num mundo de incertezas e que passa constantemente por profundas mudanças no campo político, social, histórico, econômico etc. Dessa maneira, a formação é um campo potencializador que ajudará no acompanhamento dessas transformações e lugar de perspectivar possíveis mudanças na prática profissional.

Devido a isso, percebe-se o quanto a profissão docente deve estar permeada por trocas de experiências e saberes que permitam dar novos direcionamentos para a tarefa de ensinar, desapegando das práticas meramente tradicionais e partindo para metodologias ativas.

A recomposição da aprendizagem está diretamente vinculada à realização de intervenções pedagógicas e ações educacionais que permitam suprir os conteúdos que não foram trabalhados durante a pandemia, portanto, não pode ser tratada como reforço escolar, mas sim como o momento necessário para garantir que os educandos consigam aprender os conhecimentos necessários para prosseguir com os seus estudos (SANTOS; CRUZ, 2023, p.14).

Esse processo é importante porque muitos alunos voltaram para a escola com um déficit de aprendizagem ao longo dos anos de 2020 e 2021, como prova disso, percebe-se que cotidianamente os alunos apresentam “[...] as dificuldades de concentração, atenção, socialização, interação em grupo, aprendizagem insatisfatória e esquecimento dos conteúdos” (Santos; Cruz 2023, p.14).

Não existe um modelo a ser seguido para que o professor coloque em movimento a recomposição da aprendizagem. Cada educando tem um perfil específico, com dificuldades que precisarão ser evidenciadas e trabalhadas profundamente.

O delineamento de avaliações diagnósticas é uma estratégia de importância em meio a esse processo, pois permite ao professor entender as especificidades de sua turma e desenvolver estratégias capazes de ampliar seu potencial de aprendizagem. Pois percebe de forma ampla e, ao mesmo tempo pontual, as lacunas existentes, os conteúdos aprendidos de maneira qualitativa, aqueles que precisam ser retomados e, sobretudo, os que não foram aprendidos.

Os dados obtidos na avaliação diagnóstica, permitirão que o professor possa implementar o segundo passo que permeia a recomposição: o planejamento. Durante essa etapa, irá priorizar as suas lacunas, definindo os conteúdos que não foram aprendidos, bem como, suas contribuições para aqueles que compõem a série em que estudam. Por fim, torna-se possível realizar as aplicações, as mediações e a utilização das metodologias necessárias para a promoção da sua aprendizagem e protagonismo.

Silva (2023, p.8) enfatiza que:

A pandemia demandou dos(as) profissionais da educação uma nova metodologia educacional, o ensino remoto, algo que se mostrou ineficaz no que se refere a consolidação das habilidades básicas, ditas prioritárias, pela falta de contato entre docente e discente no cotidiano do processo de ensino e aprendizagem e pelo contexto social que pairava no mundo, altas taxas de inflação, doenças, mortes e fome, muitas são as famílias brasileiras que não tem acesso à internet ou a smartphones/computadores ferramentas tecnológicas comumente utilizadas pelo ensino à distância.

Portanto, o processo de recomposição da aprendizagem é uma experiência nova na educação brasileira que tem como ponto de partida, a identificação do conteúdo que o aluno não aprendeu, portanto, não é possível definir um modelo para que todos os professores sigam.

Vale destacar que as discussões sobre a recomposição se tornaram relevantes no cenário brasileiro devido às perdas e a grande quantidade de aprendizagem que não foi consolidada durante o período em que houve o ensino

remoto emergencial em todos os níveis e modalidades da educação brasileira conforme prevê a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A pandemia de Covid-19 demonstrou de forma clara que as escolas brasileiras, sobretudo, as públicas, não estavam preparadas para um novo modelo em que as TDICs⁴ passassem a permear todas as práticas de ensino e aprendizagem desenvolvidas de maneira tão abrupta.

Muitos alunos não tinham acesso a bons computadores, internet ou outros recursos para acompanhar as aulas, da mesma maneira que muitos professores, também não os possuíam, nem aos conhecimentos necessários para trabalhar remotamente.

Juntamente com a retomada das aulas presenciais após a pandemia no ano de 2022, foi preciso dar início ao processo de recomposição da aprendizagem⁵ que ainda tem sido realizado devido aos déficits apresentados pelos alunos. Recompõe exige uma nova reorganização do processo de ensino, planejamento, avaliação, acolhimento e das próprias estratégias metodológicas para que os alunos se engajem tornando-se protagonistas da sua aprendizagem (Silva, 2023).

Para diferenciar os termos recomposição e recuperação, cita-se a seguinte definição tecida por Duarte et al. (2022, p.113):

[...] recuperação é um termo adequado quando estamos nos referindo a uma situação em que o sujeito teve a oportunidade de aprender, isto é, a escola de alguma forma trabalhou estas habilidades com o estudante e buscou desenvolver as habilidades.

O termo recomposição, por sua vez, diz respeito a aprender aquilo que não foi possível, ou seja, não existe a possibilidade de recuperar aquilo que não foi aprendido. "Por isso, tem-se adotado o termo "recomposição", no sentido de "restabelecer", "restaurar" a conexão com a(o) estudante, que havia se perdido com o isolamento social".

Durante a pandemia, vários conteúdos pedagógicos não foram trabalhados e, conseqüentemente, o aluno não conseguiu desenvolver por conta própria as habilidades vinculadas a eles, mesmo com o acesso às atividades impressas ou acompanhando as aulas remotamente, por isso, o termo recuperação não é

⁴ Antes do período pandêmico, inúmeros estudos já enfatizavam a necessidade de inclusão das TDICs no processo de ensino e aprendizagem, bem como, do uso de metodologias ativas para tornar a aprendizagem mais significativa. Paralelamente, também se destacava a necessidade de formação dos professores para utilizar tais recursos, realidade que precisou se efetivar bruscamente com a pandemia e, que ainda, precisa ter continuidade (Hickmann et al., 2022).

⁵ O processo de recomposição da aprendizagem caracteriza a educação básica e superior do Brasil, mas também, de outros países, sendo uma das prioridades a ser efetivada em nível global para reduzir as perdas vivenciadas pelos educandos (Hickmann et al., 2022).

adequado. Em contrapartida, a recomposição implica no processo de recuperação daquilo que não foi aprendido durante a pandemia, mas que é imprescindível para a continuidade do processo de escolarização.

Durante a elaboração do processo de recomposição, o professor irá elencar diferentes estratégias para adaptar o processo de ensino de acordo com as necessidades de cada aluno atendido, suas defasagens e conhecimentos prévios, organizando o tempo e o espaço escolar necessário para isso.

Para isso, em inúmeras situações, é preciso “[...] os termos iniciais e temáticas introdutórias de conteúdo para que se consiga fazer um resgate processual e contínuo daquilo que não se foi possível abordar ao longo da pandemia” (Hickmann et al. 2022, p.4).

O direcionamento do processo de avaliação também ganhou novos contornos no contexto pós pandemia, especialmente, a diagnóstica que é essencial para que o professor consiga elaborar diferentes ações didáticas, planejando e replanejando sempre que for necessário para engajar e motivar os alunos.

Ao analisar as especificidades da educação brasileira, Silva (2023, p.10) enfatiza:

É certo que alguns problemas educacionais não surgiram em decorrência da pandemia de covid-19, a dificuldade de alfabetização na idade certa, a distorção idade-série, o comprometimento de habilidades de leitura e escrita e noções básicas de matemática, evasão escolar, falta de estímulo à leitura dentre outras dificuldades enfrentadas pelas escolas públicas sempre existiram. No entanto, a pandemia e consequentemente o ensino remoto, solução utilizada como enfrentamento à necessidade de isolamento social, acabaram por agravar situações que já eram críticas.

Como pode ser evidenciado no fragmento textual anterior, inúmeros problemas estruturais que permeiam a educação pública brasileira, foram intensificados com a pandemia de Covid-19 e o retorno ao ambiente escolar após sua conclusão, havendo a necessidade de adoção de diferentes estratégias para mudar os problemas existentes.

Dentre as problemáticas, a baixa qualidade da aprendizagem, bem como, os elevados índices de evasão e abandono, sempre estiveram presentes nos estudos desenvolvidos. Após a pandemia de Covid-19 a recomposição da aprendizagem também ganhou destaque.

Para compreender de maneira mais objetiva esse processo, apresenta-se o quadro abaixo:

Quadro 03: Recomposição da aprendizagem: conceitos.

Mitigação das perdas	Recomposição das aprendizagens
Estratégias utilizadas para minimizar os danos na aprendizagem causados por uma crise, como pandemia.	Remediação: Processo em que toda a turma ou parte dela precisa de apoio. <hr/> Intervenção: Foco em apoiar os alunos com dificuldades, dividindo-os em pequenos grupos dentro de uma turma , de acordo com o nível de aprendizagem. <hr/> Aceleração: Concentra-se em preencher apenas as lacunas mais críticas, no momento adequado . Mais utilizados com estudantes que nunca frequentaram escolas ou que passaram muito tempo sem acesso à adequação formal.

Fonte: Hickmann et al., (2022, p. 06).

O quadro 03 deixa evidente que a recomposição da aprendizagem pode ocorrer de múltiplas formas para reduzir as defasagens oriundas da pandemia. No cotidiano que permeia a organização da sala de aula, o professor se vê diante de mais um desafio e, ao mesmo tempo, exigência, pois precisa ter criticidade para identificar os conteúdos não aprendidos e que precisam ser resgatados, sendo preenchidas as lacunas mais críticas individuais, de um pequeno grupo ou de toda a turma.

Embora tenha havido muitos déficits ao longo do ensino remoto, não é possível simplesmente ignorar os avanços como, por exemplo, o uso das TDICs e todas as suas inúmeras possibilidades de acesso a vídeos, imagens, charges, documentários etc. É preciso ver o que deu certo, retomar as aprendizagens, recompor aquelas que não foram consolidadas e minimizar os impactos da pandemia.

Quando se reitera a necessidade de tornar o aluno protagonista de sua aprendizagem, é preciso considerar que ninguém aprende se não estiver motivado,

confiante de sua capacidade, e disposto para isso. Por isso, percebe-se com facilidade que o papel do professor vai para além de simplesmente mediar os conteúdos presentes no currículo.

Dentre as estratégias que podem ser adotadas para a recomposição da aprendizagem, está o uso das TDICs que facilitam a comunicação, interação e diversificação do processo de ensino. Ao mesmo tempo, incentivam o desenvolvimento da criatividade e livre expressão, estimulando o raciocínio de múltiplas formas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o término da pandemia de Covid-19 foi possível a ocorrência gradativa do retorno presencial das aulas que, por sua vez, deixou evidente a existência de inúmeras lacunas na aprendizagem dos alunos durante o período em que o isolamento social foi uma necessidade para reduzir as taxas de contaminação e, conseqüentemente, de mortes no país.

E com o retorno das aulas após março de 2022, com as pesquisas feitas para este trabalho pode-se concluir que o adoecimento físico e mental dos professores tem se agravado ano a ano devido uma série de fatores relacionados a: a sobrecarga de trabalho devido o processo de recomposição da aprendizagem, as tecnologias e o presencial e o aprofundamento das políticas neoliberais na educação pública. Em se tratando da recomposição da aprendizagem as avaliações diagnósticas, formativas e quantitativas realizadas pelos professores que atuaram nas diversas séries da educação básica evidenciaram inúmeras lacunas e a recomposição da aprendizagem passou a ser discutida com maior ênfase.

Os autores consultados deixaram evidente que recompor a aprendizagem não significa retomar, pois muitos alunos nem sequer aprenderam aquilo que era indicado pelos currículos considerando sua idade e série ao longo da pandemia. Dessa forma, por meio da recomposição tornou-se possível minimizar as perdas, apoiando os alunos com dificuldade de aprendizagem considerando suas particularidades e adotando diferentes estratégias.

A recomposição da aprendizagem não se resume apenas a recuperação de conteúdos acadêmicos, envolve uma abordagem integral que considera as necessidades emocionais e sociais do aluno. Isso significa criar um ambiente acolhedor onde os estudantes possam se sentir seguros e valorizados. A recomposição da aprendizagem está voltada, portanto, aos alunos que apresentam defasagem nas aprendizagens consideradas essenciais permitindo-lhes aprender com qualidade aquilo que foi perdido durante a pandemia. Para isso, cabe ao professor repensar suas abordagens em sala de aula, flexibilizar os materiais,

elaborar diferentes atividades, redirecionando sempre que necessário, pois não há um modelo específico a ser seguido. Em suma, a recomposição da aprendizagem é um passo vital para restabelecer a trajetória educacional dos discentes. Ao abordar as lacunas de conhecimento e promover um ambiente de apoio, é possível não apenas recuperar o que foi perdido, mas fortalecer a base para um aprendizado mais significativo e duradouro.

Em relação às tecnologias digitais de informação e comunicação, o ensino presencial não liberou os professores de utilizá-las em seu cotidiano, devido às inúmeras possibilidades que trazem a abordagem dos conteúdos em sala de aula, estímulo ao seu protagonismo e acesso a metodologias ativas. Ao mesmo tempo, o Estado deve continuar proporcionando formações específicas que lhes auxiliem a adotar diferentes estratégias metodológicas, contribuindo com a construção de uma aprendizagem qualitativa.

Durante a realização desse estudo percebeu-se que existem poucos estudos que mostram atividades práticas de recomposição da aprendizagem em várias áreas, dentre elas, a Geografia que é ministrada ao longo de toda a educação básica, havendo, portanto, um amplo campo de pesquisa a ser mais bem explorado.

Ficou evidente que a pandemia de COVID-19 nos trouxe uma gama de desafios para a educação, afetando não somente os discentes, mas também os docentes, o mal-estar dos professores agravado por essa crise, manifestou-se de diferentes formas como com a transição abrupta para o ensino a distância, muitos professores enfrentam dificuldades para se adaptarem às novas tecnologias e metodologias, sem o auxílio necessário. A sensação de isolamento agravada pela falta de interações físicas com os discentes e outros professores.

Após este período conturbado a saúde mental dos docentes se tornou uma questão importante, a carga de trabalho exacerbada e os obstáculos em se estabelecer serviços com os estudantes impactam em seu bem estar emocional, docentes que enfrentam dificuldades emocionais podem ter sua capacidade de ensino comprometida, o que por sua vez afeta na aprendizagem dos alunos, é fundamental que as instituições de ensino implementem estratégias para que possa haver a promoção de bem-estar mental dos educadores. Isto inclui oferecer aos professores programas de apoio psicológico, promover um ambiente de trabalho colaborativo e que haja incentivo à formação continuada em temas relacionados à

saúde mental, criar espaços seguros para que haja discussões e desabafos podendo auxiliar na redução do estigma associado a essas questões.

Em se tratando das políticas curriculares de cunho neoliberal, pode-se perceber sobrecarregamento de trabalho, as políticas educacionais muitas vezes não agendam a carga de trabalho excessiva dos professores, que inclui, além da sala de aula, tarefas administrativas, correção de provas. Essa sobrecarga leva ao esgotamento físico e mental. Pressões por resultados e avaliações, com ênfase em avaliações externas, como o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), coloca pressão sobre os docentes para que seus alunos tenham altos desempenhos, sem considerar as condições estruturais das escolas e as realidades sociais dos discentes. Essa cobrança, cada vez mais frequente e intensa, gera estresse, ansiedade e inúmeros outros sentimentos que intensificam os gatilhos para outras doenças ainda mais graves.

Em nossa análise, é possível constatar que as cobranças advindas das políticas públicas alinhadas as avaliações externas, estão intimamente ligadas ao aumento dos casos de doenças em professores nos últimos anos. O fato dessas avaliações estarem ditando o ritmo, a forma e os conteúdos a serem trabalhados pelos professores, tem atacado diretamente a sua autonomia em sala de aula. Fazendo com que, parte considerável dos professores, ao se sentirem frustrados com a carreira e incapazes de reagir, adoeçam. Isto ocorre, sobretudo por existir neste processo, uma violência simbólica expressiva, na forma como as pessoas em posição hierárquica nas escolas, tem posto em prática, ações desprovidas de ética, que visam ocultar a realidade da aprendizagem dos alunos, refletida nas notas recebidas e frequentemente alteradas e legitimadas, por meio da coerção, nos conselhos de classe. Mas os diversos tipos de violência que estão acometidos os professores das escolas públicas, não param por aí.

A violência, física, psíquica ou verbal, advinda de gestores, de outros professores, de alunos e, o que está cada vez mais comum, de pessoas da comunidade escolar e responsáveis por alunos, somadas a situações de desrespeito e de assédio no ambiente de trabalho e a insegurança do entorno da escola, também impacta diretamente na saúde dos docentes. A falta de políticas públicas eficazes de proteção e apoio à comunidade escolar, agrava ainda mais esse cenário.

Baixos salários e as diversas formas de precarização do trabalho docente, são outros pontos sensíveis ao tema da saúde dos professores. Nos últimos anos,

diferentes políticas educacionais, na forma de portarias e decretos, foram postas em prática para desestabilizar a autonomia e os direitos dos profissionais da educação.

O baixo reconhecimento e a falta de valorização profissional, contribuem para o desgaste pessoal, profissional e social da função. Tais ações, legitimadas por políticas educacionais neoliberais, colocam responsabilidade excessiva sobre os ombros dos docentes, como se fosse apenas sua função, resolver problemas estruturais e culturais da educação, tais como violência, pobreza e desigualdade, sem o devido suporte institucional.

Por fim, a opção por realizar formações continuadas a distância, por intermédio de pacotes de formação de entidades privadas, desprovidas de criticidade e desenvolvidas em paralelo com a excessiva carga horária de trabalho, não auxilia na melhoria do quadro de adoecimento dos professores. Ao invés disso, poderia se optar por formações presenciais, ofertadas por professores doutores de forma gratuita, em parceria entre as secretarias de educação e as universidades públicas.

As políticas públicas educacionais que tem falhado frequentemente em fornecer formação contínua de qualidade e que tem adotado ações que fragilizam a profissão docente, levando estes ao adoecimento e fazendo com que se sintam incapazes de lidar com os desafios cotidianos da profissão, são as mesmas políticas que tem se eximido de prestar apoio psicológico adequado aos professores. Enfatizamos mais uma vez que, esses fatores contribuem para um quadro de ansiedade, estresse, burnout e outras doenças físicas e psíquicas que tem se intensificado e se agravado nos últimos anos, sobretudo no pós-pandemia. O adoecimento dos professores reflete não apenas a pressão da profissão, mas também as falhas nas políticas públicas que deveriam apoiar e valorizar os profissionais da educação e a sociedade que se almeja construir a partir do trabalho que estes desenvolvem nas escolas de todo país.

REFERÊNCIAS

ABREU, R. M. A. A profissionalização docente e os desafios na contemporaneidade. **Artífices**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 152-176, 2020.

ALMEIDA, R. **Infraestrutura escolar e suas implicações na prática docente**. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2019.

American Psychological Association. **Stress in America: Covid-19**. American Psychological Association. 2020.

BRASIL. Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. **Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral**, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 23 set. 2016. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/126992> Acesso em: Novembro de 2024. <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/126992>

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular** Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf Acesso em: 23 novembro 2024.» http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)**. Brasília: Portal MEC, 2019. Disponível http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 13 novembro 2024.» http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192

BRITO, Ana Paula Gonçalves; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; DA SILVA, Brunna Alves. A importância da pesquisa bibliográfica no desenvolvimento de pesquisas qualitativas na área de educação. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 44, 2021.

COUTINHO, Luciana Gageiro. MAL-ESTAR NA ESCOLA O DISCURSO DOS PROFESSORES DIANTE DOS IMPERATIVOS EDUCATIVOS CONTEMPORÂNEOS. **ETD - Educ. Temat. Digit.**, Campinas, v. 21, n. 2, p. 348-362, abr. 2019. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-25922019000200348&lng=

pt&nrm=iso>. acessos em 4 dez. 2024. Epub 19-Sep-2019.
<https://doi.org/10.20396/etd.v21i2.8653274>.

CORTEZ, Pedro Afonso et al. A saúde docente no trabalho: apontamentos a partir da literatura recente. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 25, n. 1, p. 113-122, 2017.v

CAO, Zhidong et al. Estimating the effective reproduction number of the 2019-nCoV in China. **MedRxiv**, p. 2020.01. 27.20018952, 2020.

FERNANDES DE LIMA DAMASCENO, Gerviz; MARIA SAMPAIO DA SILVA FEITOSA DIAS, Idalina; RODRIGUES CHAVES, Edmilson. RECOMPOSIÇÃO DA APRENDIZAGEM: CAMINHO E/OU POSSIBILIDADE ATRAVÉS DO PROGRAMA MAIS PAIC. **Epistemologia e Práxis Educativa - EPEduc**, [S. l.], v. 5, n. 3, p. 01–17, 2022. DOI: 10.26694/epeduc.v5i3.3636. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/epeduc/article/view/3636>. Acesso em: 2 dez. 2024.

DA SILVA MONTEIRO, Sandrelena. inventar educação escolar no Brasil em tempos da COVID-19. **Revista Augustus**, v. 25, n. 51, p. 237-254, 2020.

DUARTE, Rodrigo Gonçalves; et al. Políticas educacionais no retorno das atividades presenciais na pandemia: o caso do Programa de Recomposição de Aprendizagens. **Conjecturas**, v. 22, n. 12, p. 108-128, 2022.

ESTEVE, J. M. O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores (DC Cavicchia, Trad.). **Bauru: EDUSC.(Trabalho original publicado em 1997)**, 1999.

FRIGOTTO, G. Teoria e Práxis e o antagonismo entre a formação politécnica e as relações sociais capitalistas. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, supl. 1, p. 67-82, 2009. <https://doi.org/10.1590/S1981-77462009000400004>
» <https://doi.org/10.1590/S1981-77462009000400004>

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Editora Paz e Terra, 1996

GOMES, Aline Dias et al. Emoções manifestas por adolescentes escolares na pandemia COVID-19. **Research, Society and development**, [S. l.], v. 10, n. 3, p. e47110313179, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i3.13179. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/13179>. Acesso em: set de 2024

GUERREIRO, Natalia Paludeto et al. Perfil sociodemográfico, condições e cargas de trabalho de professores da rede estadual de ensino de um município da região sul do Brasil. **Trabalho, educação e saúde**, v. 14, p. 197-217, 2016.

GATTI, BERNADETE A. (2018). Formação docente e suas implicações para a prática educativa. **Perspectivas da Educação**, n.12, p. 73-89.

HICKMANN, Janete et al. A educação pós-pandemia: uso de tecnologias e a recomposição da aprendizagem em debate. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 16, p. e367111638452-e367111638452, 2022.

HOLMES, Emily A. et al. Multidisciplinary research priorities for the COVID-19 pandemic: a call for action for mental health science. **The lancet psychiatry**, v. 7, n. 6, p. 547-560, 2020.

DE JESUS PEREIRA, Alexandre; NARDUCHI, Fábio; DE MIRANDA, Maria Geralda. Biopolítica e educação: os impactos da pandemia de covid-19 nas escolas públicas. **Revista Augustus**, v. 25, n. 51, p. 219-236, 2020.

JOYE, C. R.; MOREIRA, M. M.; ROCHA, S. S. D. Distance Education or Emergency Remote Educational Activity: in search of the missing link of school education in times of COVID-19. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 7, p. e521974299, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i7.4299. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/4299>. Acesso em: 25 ago. 2024.

LEHER, Roberto. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para alívio da pobreza**. 1998. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. . Acesso em: 18 nov. 2024.

LIU, Shuai et al. Online mental health services in China during the COVID-19 outbreak. **The Lancet Psychiatry**, v. 7, n. 4, p. e17-e18, 2020.

LOADES, Maria Elizabeth et al. Rapid systematic review: the impact of social isolation and loneliness on the mental health of children and adolescents in the context of COVID-19. **Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry**, v. 59, n. 11, p. 1218-1239. e3, 2020.

MORAES CRUZ, R. .; RUPPEL DA ROCHA, R. E.; ANDREONI, S. .; DUARTE PESCA, A. . Retorno ao trabalho? Indicadores de saúde mental em professores durante a pandemia da COVID-19. **Revista Polyphonia**, Goiânia, v. 31, n. 1, p. 325–344, 2020. DOI: 10.5216/rp.v31i1.66964. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/sv/article/view/66964>. Acesso em: 12 nov. 2024.

MCKIMM, J. et al. Health Professions' Educators' Adaptation to Rapidly Changing Circumstances: The Ottawa 2020 Conference Experience. **MedEdPublish**, v. 9, n. 1, 2020. Disponível em: <<https://www.mededpublish.org/manuscripts/2936>>. Acesso em: 14 jun 2024. » <https://www.mededpublish.org/manuscripts/2936>

MARCHIORI, Flavia; BARROS, Maria Elizabeth Barros de; OLIVEIRA, Sonia Pinto de. Atividade de trabalho e saúde dos professores: o programa de formação como estratégia de intervenção nas escolas. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 3, p. 143-170, 2005.

MASLACH, Christina; SCHAUFELI, Wilmar B.; LEITER, Michael P. Job burnout. **Annual review of psychology**, v. 52, n. 1, p. 397-422, 2016.

BACICH, Lilian; MORAN, José. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Penso Editora, 2017.

ORNELL, Felipe et al. Pandemia de medo e Covid-19: impacto na saúde mental e possíveis estratégias. **Debates em psiquiatria**, v. 10, n. 2, p. 12-16, 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. "Relatório Mundial sobre a Saúde das Pessoas." Genebra: OMS, 2018.

PEREIRA, H. P. .; SANTOS, F. V. .; MANENTI, M. A. . SAÚDE MENTAL DE DOCENTES EM TEMPOS DE PANDEMIA: OS IMPACTOS DAS ATIVIDADES REMOTAS. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 3, n. 9, p. 26–32, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3986851. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/74>. Acesso em: 22 ago. 2024.

RIBEIRO, Eliane Gusmão et al. Saúde mental na perspectiva do enfrentamento à COVID-19: manejo das consequências relacionadas ao isolamento social. **Revista Enfermagem e Saúde Coletiva-REVESC**, v. 5, n. 1, p. 47-57, 2020.

SANTOS, A. J. dos; CRUZ, L. M. Recomposição das aprendizagens na Educação Básica: estratégias pós-pandemia. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade - REED, [S. l.]**, v. 4, n. 11, p. 1-21, 2023. DOI: 10.22481/reed.v4i11.12742. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/reed/article/view/12742>. Acesso em: 12 jun. 2024.

SANTOS, Geórgia Maria Ricardo Félix dos; SILVA, Maria Elaine da; BELMONTE, Bernardo do Rego. COVID-19: ensino remoto emergencial e saúde mental de docentes universitários. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 21, p. 237-243, 2021.

SEVERO, Valdete Souto; DE BARROS, Isabela Pimentel. Trabalho e Saúde Emocional em tempos de COVID-19. **Direito do Trabalho e Processo do Trabalho**, v. 2, n. 1, p. 41-69, 2020.

SILVA, Andrey Ferreira da et al. Saúde mental de docentes universitários em tempos de pandemia. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 30, p. e300216, 2020.

SILVA, J. Educação e neoliberalismo: impactos e desafios na prática docente. **Revista Brasileira de Educação**, 22, p.45-68. 2017

SILVA, Francisco Thiago. Currículo de transição-uma saída para a educação pós-pandemia. **Educamazônia - Educação, Sociedade e Meio Ambiente**, v. 24, n. 1, jan-jun, p. 70-77, 2020.

SILVA, L. N. B. EDUCAÇÃO FÍSICA E RECOMPOSIÇÃO DA APRENDIZAGEM NA RETOMADA DO ENSINO PRESENCIAL EM UM MUNICÍPIO DO CARIRI CEARENSE. **Corpoconsciência, [S.**

l.], v. 27, p. e14907, 2023. DOI: 10.51283/rc.27.e14907. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/corpoconsciencia/article/view/14907>. Acesso em: 14 jul. 2024.

SOARES, Sandro Vieira; PICOLLI, Icaro Roberto Azevedo; CASAGRANDE, Jacir Leonir. Pesquisa bibliográfica, pesquisa bibliométrica, artigo de revisão e ensaio teórico em administração e contabilidade. **Administração: ensino e pesquisa**, v. 19, n. 2, p. 308-339, 2018.

DE SOUSA, Angélica Silva; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, 2021.

SANTINI, J. A síndrome do esgotamento profissional: o "abandono" da carreira docente pelos professores de educação física da rede municipal de ensino de Porto Alegre. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SOUZA, Aparecida Neri, LEITE, Maria de Paula. Condições de trabalho e suas repercussões na saúde dos professores da educação básica no Brasil. **Educação e Sociedade**, v. 32, p. 1105-1121, 2011.

SHIROMA E. O.; MORAES, M. C. M. de; EVANGELISTA, O. **Política educacional**. 4.ed. RJ: Lamparina, 2007.

TREZZI, Clóvis. A educação pós-pandemia: uma análise a partir da desigualdade educacional. **Dialogia**, [S. l.], n. 37, p. e18268, 2021. DOI: 10.5585/dialogia.n37.18268. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/18268>. Acesso em: 14 jun. 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION et al. **Mental health and psychosocial considerations during the COVID-19 outbreak, 18 March 2020**. World Health Organization, 2020.

